



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEDOC

A MULHER NEGRA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E O CASO DE *MARIANA*, DE
MACHADO DE ASSIS

PATRÍCIA ALVES BARBOSA

PLANALTINA/DF
2022

PATRÍCIA ALVES BARBOSA

A MULHER NEGRA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E O CASO DE *MARIANA*, DE
MACHADO DE ASSIS

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Licenciada em Educação do Campo pela Universidade de Brasília, *Campus* Planaltina, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Aguiar Cotrim.

PLANALTINA/DF

2022

PATRÍCIA ALVES BARBOSA

Aprovada em 24/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Aguiar Cotrim (Orientadora) - Faculdade de Planaltina

Prof. Dr. Bernard Hess - Faculdade de Planaltina

Profa. Dra. Joelma Rodrigues - Faculdade de Planaltina

Profa. Dra. Maria Osanette Medeiros - Faculdade de Planaltina

***Dedico este trabalho a todas as mulheres negras,
camponesas e proletárias, a minha família, amigos e
educadores.***

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, e por permitir que eu fosse capaz de tornar este trabalho real, apesar de todas as dificuldades.

A minha família que de forma direta e indireta acreditou em mim, e fez com que este processo fosse mais fácil.

Ao meu namorado que sempre acreditou na minha capacidade de lidar com este tema.

Aos meus professores que foram fundamentais nessa jornada, Ana, Joelma, Bernard e Osanette. E aos demais que fizeram parte da minha vida acadêmica. Obrigada pela paciência e pela orientação!

A minha tia Beatriz que me apresentou a esse curso maravilhoso!

Aos meus colegas e amigos que me acompanharam nesse percurso, principalmente ao Manoel e a Maria Kellen.

Tratar da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco.

(Lélia Gonzalez)

A MULHER NEGRA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E CASO DE *MARIANA*, DE MACHADO DE ASSIS

RESUMO: O presente trabalho busca analisar, por meio da crítica teórica e da literatura, como são construídas as relações de poder no patriarcado, e como as questões relacionadas ao racismo e sexismo fazem parte dessa estrutura. Estamos inseridos numa sociedade que é fruto do capitalismo, sistema este que explora, oprime e acumula riquezas para poucas pessoas, enquanto as demais estão lutando cotidianamente para sobreviverem. Sem falar que há pouco tempo, os negros estavam sendo açoitados e amarrados em troncos. Ao fazer a análise literária do conto *Mariana*, de Machado de Assis, ressaltando a condição da mulher negra escravizada, como princípio das condições que as mulheres negras enfrentam ainda nos dias de hoje na sociedade brasileira, vai se desvendando a consciência da classe dominante. Partindo de todas essas concepções, nos voltamos para autoras que examinam com muita propriedade e profundidade as questões apresentadas e nos apontam um rompimento do pensamento marxista ortodoxo para a superação dessas coerções.

Palavras-chave: Patriarcado; Capitalismo; Escravização; Feminismo Negro; Machado de Assis; Mariana; Mulheres Negras.

SUMÁRIO

MEMORIAL	09
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I PATRIARCADO, CAPITALISMO E QUESTÃO RACIAL: um caminho ao feminismo negro	13
1.1. O patriarcado na sociedade capitalista e o feminismo das socialistas.....	13
1.2. Da escravização ao feminismo negro.....	20
CAPÍTULO II <i>MARIANA</i>, DE MACHADO DE ASSIS: uma figuração literária da mulher negra	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

MEMORIAL

Aqui quem vos escreve é Patrícia Alves Barbosa, 28 anos, nascida em Taguatinga-DF, mas quando minha mãe retornou para o interior de Minas Gerais, para ser mais exata, para o município de Buritis, eu ainda era uma bebê de uns cinco meses. Minha mãe é Dona Rozita, uma mulher preta e mãe solo, ou seja, ela e meu pai namoraram por pouco tempo, e eu só fui conhecê-lo quando eu tinha 17 anos. Desde muito nova eu via minha mãe na lida para sustentar a mim e aos meus outros dois irmãos, ela saía de madrugada para catar feijão nas chapadas aqui da região, essa era a forma dela sustentar a gente. A minha avó materna também criou seus 11 filhos sozinha. Então tinha muita gente em casa, muita pobreza e a gente passava necessidades mesmo. Quando eu tive consciência disso eu tinha uns seis anos, em 1999. Todos trabalhavam, mas naquela época o dinheiro era bem mais difícil e a minha família trabalhava em troca de comida, porque essa região era bem inóspita ainda.

As coisas 'melhoraram' quando a minha mãe se casou com o meu padrasto, melhoraram financeiramente, porque ele era trabalhador, tinha terras produtivas e a gente passou a comer melhor e nos vestir bem. Mas em contrapartida começaram os abusos domésticos. Toda semana a gente ficava apreensivo esperando o momento em que eles brigariam. E era insuportável, porque os meus irmãos e eu éramos crianças, a gente não tinha como fazer nada, só víamos a nossa mãe ser espancada, e sempre que eu tentava intervir, eu era espancada também. Depois eu comecei a sofrer assédio, a única forma de eu não ser abusada era sempre ficar perto de alguém ou evitar ele. Na escola eu tinha crises de ansiedade quando se aproximava a hora de ir embora. A minha única forma de escape daquela situação eram os momentos de leitura, então eu fazia meus afazeres e me trancava dentro do meu quarto para ler, foi a época da minha vida que eu mais li, porque era quando eu conseguia um alívio e não tinha medo. Isso durou dos meus 10 aos 14 anos, então eu saí de casa para trabalhar como doméstica. Dos 14 aos 19 anos eu trabalhei em casas de famílias em Brasília.

Em 2016, eu fui morar com uma tia no interior do Goiás, ela me falou sobre a Licenciatura em Educação do Campo na Universidade de Brasília (UNB), eu já havia feito o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) algum tempo antes, e assim, fiz a

minha inscrição e assim consegui entrar. Foi numa dessas aulas da LedoC, especificamente nas aulas de Conflitos Estruturais Brasileiros e Educação Popular (CEBEP) que eu tive certeza de que não poderia fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre outro tema, porque eu precisava me aprofundar mais nas questões de raça, gênero e classe. Eu não seria coerente com a minha própria história, e confesso que esse trabalho me emocionou muitas vezes ao estudar a história do povo negro desse país. As aulas da professora Joelma Rodrigues me inspiraram a querer investigar mais sobre esses conflitos. Mas eu também sabia que não poderia deixar a literatura de fora deste trabalho, afinal, a literatura salvou a minha vida anos antes. As aulas da professora Ana Cotrim e do professor Bernard Hess foram essenciais para que eu decidisse seguir com o trabalho nessa perspectiva literária. E é isso! Espero que de alguma forma a minha história sirva de inspiração para a minha família, e que eles também possam cursar o Ensino Superior um dia, já que eu sou a primeira da família a trilhar este caminho.

INTRODUÇÃO

As mulheres negras tiveram sua história marcada por muita luta e dor, e, no entanto, são invisibilizadas por este sistema opressor, racista, classista e sexista. Essas mulheres foram as mães desta nação, foram elas quem amamentaram os brancos, que ensinaram a eles as suas primeiras palavras enquanto estavam sendo escravizadas, estupradas, arrancadas de seus próprios filhos e violentadas de todas as maneiras imagináveis ou não. Fala-se muito sobre feminismo, racismo e consciência de classe ultimamente, principalmente com a acessibilidade às redes sociais, a todo momento estamos vendo ou lendo algo sobre isso. As pessoas estão procurando cada vez mais se informar e dar suas opiniões. Muitas vezes essas opiniões são mais excludentes que inclusivas, justamente por falta de uma boa base sobre a nossa própria história e a não aceitação dela.

A primeira parte deste trabalho se volta para o aprofundamento das questões apresentadas, em que as autoras vão nos trazendo as problemáticas com a introdução do capitalismo e a propriedade privada, afetando assim a estrutura familiar, e, ao afetá-la, cria um abismo ainda maior com relação a diferença de gênero, chamada de patriarcado, que tem em sua defesa não só o Estado, mas também a Igreja.

As mulheres proletárias e camponesas de todo o mundo, ao serem inseridas no mercado de trabalho, não ganharem o suficiente por ele, e a não remuneração do trabalho doméstico, favoreceram a acumulação de capital. Com os negros vitimados pelos sistemas escravistas foi pior ainda, os negros além de servirem como força de trabalho escravo, também eram obrigados a reproduzirem com a finalidade desses filhos serem vendidos e leiloados pelos senhores das fazendas, ou seja, a acumulação de capital foi muito mais brutal. E no contexto brasileiro, um país que teve seu desenvolvimento econômico totalmente alicerçado na escravização de pessoas negras, e que ainda nega suas origens e dizima os nativos, a história é muito mais complexa, e até hoje a todo custo se tenta manter a comunidade negra silenciada.

Na segunda parte, é apresentada a análise literária do conto *Mariana*, de Machado de Assis, que é uma representação do que acontecia no período escravagista, mas não traz as questões deliberadamente escancaradas. Machado de Assis as expõem através de uma narração entre homens brancos e ricos.

Mariana, a personagem central dessa narração não tem o direito às suas necessidades subjetivas, e muito menos à sua liberdade, a narração acaba tendo um desfecho bastante triste, mas que ao mesmo tempo é uma subversão dos valores daquela época, e o ato mais humano de Mariana.

Além disso, enquanto estudante da Licenciatura em Educação do Campo, um curso que também foi construído através de muitas lutas e tem em sua maioria estudantes de comunidades tradicionais, e que são mulheres negras, este trabalho se insere nessa realidade, e vai tratar de trazer à tona questões que são do nosso interesse enquanto pessoas negras e da classe trabalhadora.

A intenção dessa pesquisa é suscitar referências importantes que discutem o patriarcado como um modelo familiar e até os dias atuais tem afetado a vida das mulheres, já que permeia a consciência e o inconsciente coletivo e norteia suas ações. É indispensável saber o que significa esse patriarcado e qual é a sua função na construção dessa desigualdade de gênero.

Fazer um breve resgate da história de pessoas negras, sobretudo mulheres que viviam em condição de escravização nos Estados Unidos da América (EUA) e no Brasil durante o século XIX. Esse resgate é relevante para a apropriação do que se passava na sociedade naquela época. E a análise literária de um conto do Machado de Assis, *Mariana* (1871), para que se possa pensar na arte como um instrumento de denúncia e emancipação, claro, não diretamente, mas de uma maneira que desperte a percepção para esses problemas que fazem parte do nosso cotidiano.

Esta pesquisa é qualitativa e usa as revisões bibliográficas para a sua sustentação, explorando assim, as nuances e contradições presentes nessa estruturação, no sentido de aprofundar no caso, e analisar discursos sobre o tema em questão.

CAPÍTULO I

PATRIARCADO, CAPITALISMO E QUESTÃO RACIAL: um caminho para o feminismo negro

1.1 O patriarcado na sociedade capitalista e o feminismo das socialistas

Dentro das lutas de classes, sobretudo dos estudos marxistas, houve inúmeros debates e trabalhos sobre a questão de gênero no contexto da revolução que estava acontecendo na União Soviética. As pensadoras daquela época já questionavam como seria o papel das mulheres, assim como também, os homens que estavam na luta pela revolução. E de um modo geral, eram/são questionamentos bem pertinentes. Só que, pelo contexto da época, e também por questões demográficas, não houve posicionamento quanto ao papel da mulher negra. O debate girou em torno das lutas de classes e de gênero, só que, para a construção de uma sociedade justa e desenvolvida intelectualmente, é imprescindível que entendamos esses conflitos devido ao racismo estrutural, da subjugação de uma classe sobre a outra e também do patriarcado. E partindo desse pressuposto, algumas autoras importantes vão dar embasamento a essas ideias e irão trazer o ponto de vista que este trabalho se propõe a alcançar. Dentre estes autores estão: Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, bell hooks, Ângela Davis, Vera Cotrim, Alexandra Kollontai e por último, um dos maiores nomes da Literatura realista brasileira, Machado de Assis.

É importante falar do sistema econômico em que vivemos, porque ele também contribui para tal disparidade entre homem e mulher. Isso é bem claro, se não houvesse diferença de classes, quem serviria os ricos e faria todos os seus caprichos? Essa dominação de uma classe sobre outra reverberou na mulher. Quem decidiu que o homem seria superior a mulher? E quem decidiu que uma classe dominasse outra? E quem decidiu que os negros/as seriam inferiores tanto em classe, quanto em gênero, e nem seriam considerados humanos?

Mesmo que atualmente a estrutura econômica tenha outro nome, as práticas sociais não mudaram tanto, e nem mesmo podemos dizer que a estrutura econômica tenha mudado tanto também. A riqueza e o poder ainda continuam concentrados nas mãos de uns poucos homens, enquanto a grande maioria perece na miséria.

Este trabalho quer adentrar as questões de gênero e raça, sobretudo. O feminismo é uma luta contra todas as formas de opressão, ele precisa agregar as mulheres negras e erradicar o racismo, tanto quanto o sexismo. E para entender sobre o assunto e partir de um princípio que interesse à classe trabalhadora, Alexandra Kollontai afirma que: “A família patriarcal foi em outros tempos considerada também como a única forma possível de família, presidida por um pai-amo, cuja vontade era lei para todos os demais membros da família.” (KOLLONTAI, 1920, p. 2). Não se pode afirmar que superamos esse modelo familiar, porque apesar da mulher nos tempos atuais ter a liberdade de trabalhar fora do ambiente doméstico, o marido ainda possui esse controle sobre toda a família, não podemos esquecer que estamos falando da família operária ocidental e europeia. A Igreja em si contribui muito para esse modelo familiar, e claro, o nosso sistema capitalista. Mas Alexandra Kollontai, aqui, se refere principalmente ao que o patriarcado quer dizer ao pé da letra, ou seja, a submissão da mulher ao pai e ao marido. Eram eles que decidiam tudo por elas, da forma que achassem melhor. O patriarcado já estava presente na estrutura familiar mesmo antes da predominância do capitalismo, devido à forte influência da Igreja na cultura europeia. A ideia de uma família formada por um homem, uma mulher e filhos, é muito anterior a isso, só que antes do movimento industrial, o homem era quem “sustentava” a família, ou seja, saía para trabalhar e conseguir os meios de sustentar a família. E o papel da mulher era cuidar do lar e educar os filhos. Mas antes do capitalismo, nas comunidades feudais, não existia essa divisão sexual do trabalho tão acentuada, todo o trabalho contribuía para o sustento da família, o trabalho doméstico não era considerado uma atividade inferior a outros trabalhos, já que a mulher também trabalhava no campo. Claro, existia a subordinação da mulher para com o homem, assim como dos servos para com os senhores feudais. Mas as relações coletivas se sobreponham às relações familiares, muitos trabalhos servis eram realizados com muitas outras mulheres, então não existia uma carga de trabalho que deixava apenas uma mulher isolada a realizá-la.

No tipo de família a que estamos acostumados, o marido é quem ganha o sustento, que mantém a mulher e os filhos. A mulher, por sua parte, se ocupa dos afazeres domésticos e de criar os filhos. Porém, desde há um século, esta forma corrente de família experimentou uma destruição progressiva em todos os países do mundo, nos que o capitalismo domina, naqueles países em que o número de fábricas cresce rapidamente, juntamente com outras empresas capitalistas que empregam trabalhadores. (KOLLONTAI, 1920, p. 3).

Com a chegada e a expansão do capitalismo, as fábricas precisavam de toda a família no trabalho, e isso contribuiu com essa mudança da estrutura familiar que a autora traz. Antes havia uma divisão do trabalho doméstico no âmbito familiar, na qual foi responsável pela dominação dos homens com relação às mulheres, mas com essa nova demanda de trabalho que envolve toda a estrutura familiar, homens, mulheres e filhos, o trabalho vai para uma esfera social. Com o advento do capitalismo, a população rural sofreu um empobrecimento, sobretudo as mulheres, porque no sistema feudal elas tinham uma vida social, decorrente de sua interação com outras mulheres que participavam daqueles mesmos afazeres. Quando acontece a divisão do trabalho, e ele passa a ser remunerado, as mulheres passam a ser as que menos recebem, tornando-se as mais pobres da sociedade.

Como o salário do homem, a base do sustento da família, era insuficiente para cobrir as necessidades da mesma, a mulher se viu obrigada a procurar trabalho remunerado; a mãe teve que ir também à porta da fábrica. Ano a ano, dia a dia, foi crescendo o número de mulheres pertencentes à classe trabalhadora que abandonaram suas casas para engrossar as fileiras das fábricas, trabalhando como operárias, dependentes, oficinistas, lavadeiras ou empregadas. (KOLLONTAI, 1920, p. 4).

Nessa transição, as mulheres sofreram um processo muito intenso de degradação, pois ficaram à mercê dos homens e totalmente invisibilizadas, já que não eram reconhecidas como trabalhadoras. Isso fez com que o capitalismo se alavancasse, já que a partir dessa expropriação das mulheres e de seu valor reprodutivo, o capital começou a se acumular e se firmar nesse preceito. Antes a mulher ficava responsável pelo cuidado da família e pelos afazeres domésticos, e o marido era responsável pelo sustento de toda a família, ou seja, por trazer dinheiro, mas como as mulheres também ajudavam no campo, elas muitas vezes vendiam seus produtos e tinham uma certa liberdade financeira. Na transição do pré-capitalismo ao capitalismo industrial, a mulher precisou ser um complemento na

renda do marido, ela saiu do seu lar e começou a trabalhar em fábricas para ajudar no sustento.

A mulher casada, a mãe que é operária, sua sangue para cumprir com três tarefas que pesam ao mesmo tempo sobre ela: dispor das horas necessárias para o trabalho, o mesmo que faz seu marido, em alguma indústria ou estabelecimento comercial; dedicar-se depois, da melhor forma possível, aos afazeres domésticos e, por último, cuidar de seus filhos. (KOLLONTAI, 1920, p. 4).

O trecho acima refere-se às mulheres pobres urbanas, as mulheres ricas eram livres dos afazeres domésticos e dos cuidados com os filhos. As tarefas delas eram administrar as pessoas que faziam esse trabalho por elas. O capitalismo explora as mulheres ao máximo e em todos os sentidos. Antes a mulher cuidava do lar e da educação dos filhos, depois conquistou o direito de trabalhar, mas não conseguiu desvincular-se das tarefas domésticas. E isso fez com que ficasse sobrecarregada, e não sobrasse tempo para se dedicar a outras atividades importantes, tais como: lazer, política, arte e tudo mais que apetece o intelecto. À medida que o capitalismo foi se formando, ele acabou criando mecanismos de desvalorização geral do trabalho das mulheres, tanto as operárias quanto as camponesas. Uma estratégia para acúmulo de capital.

O capitalismo carregou para sobre os ombros da mulher trabalhadora um peso que a esmaga; a converteu em operária, sem aliviá-la de seus cuidados de dona de casa e mãe. Portanto, a mulher se esgota como consequência dessa tripla e insuportável carga que com frequência expressa com gritos de dor e lágrimas. Os cuidados e as preocupações sempre foram o destino da mulher; porém sua vida nunca foi mais desgraçada, mais desesperada que sob o sistema capitalista, logo quando a indústria atravessa um período de máxima expansão. (KOLLONTAI, 1920, p. 04).

Não havendo um rompimento da divisão de trabalho no capitalismo, a mulher precisou trabalhar fora e também cuidar da casa, ela não conseguiu se sustentar sozinha, porque seu salário era inferior, ela segue sendo explorada pelas forças do capital e pelo marido. Porque seu salário foi apenas como complemento para ajudar nas despesas, e não para a sua emancipação. E um ponto importante desse período é que a própria Igreja começou a ver essas mulheres como uma ameaça, tratando-as como indisciplinadas, simplesmente porque elas estavam ativas no mercado de trabalho. Essa diferença salarial não permitiu que ela sustentasse sua família, na prática. As atividades domésticas seguiram sendo inferiorizadas. E

somente pelo simples fato de serem realizadas por mulheres, ou seja, porque as mulheres são consideradas inferiores aos homens. Possivelmente, se fossem tarefas masculinas, teríamos uma realidade bem diferente. As mulheres viviam em estado de escravidão dentro do lar, além de darem sua mão de obra para o capital também.

Se a revolução industrial resultou na separação estrutural da economia pública da privada, não pode o trabalho doméstico ser definido como parte integrante da produção capitalista. Aliás essa é uma pré-condição. O patrão não está preocupado sobre a maneira como a força de trabalho é produzida ou sustentada, ele apenas está preocupado com a sua viabilidade e capacidade de gerar lucro. Por outras palavras, o sistema capitalista pressupõe a existência de uma força laboral de exploração. (DAVIS, 2016, p. 166).

Na passagem acima, o que Ângela Davis aponta é muito importante na compreensão do que representa essa divisão do trabalho doméstico no contexto da mulher operária. Esse é um dos motivos do trabalho doméstico ser tão desvalorizado, porque no sistema capitalista ele não é reconhecido como trabalho. E mesmo quando é um trabalho assalariado, o trabalho doméstico é um dos mais depreciados pela sociedade. Sem falar que é um dos trabalhos que mais promovem o sexismo e o racismo.

Nessa perspectiva, em que a dinâmica familiar consiste na supremacia masculina, mesmo a mulher conseguindo trabalhar fora do lar, e viver um esgotamento físico e psíquico devido a tripla jornada de trabalho, Vera Cotrim traz conceitos nessa linha de raciocínio:

É na relação familiar, na instituição social da família e do casamento, que se delimita a subordinação da mulher ao homem e a conseqüente opressão de gênero. Essa dominação se cristaliza na forma social da família e a partir dela reverbera no conjunto das relações sociais. (COTRIM, 2018, p.217).

Desde muito cedo a mulher sabia que a ela cabia o papel de obedecer, seja o pai, e mais tarde o seu marido, isso sempre foi bem visível no núcleo familiar. E seguiu sendo a estrutura social modelo, até os dias atuais. Isso é um fato incontestável, algumas coisas mudaram? Sim, mudaram, não se pode negar os muitos direitos conquistados pelas mulheres, mas o mesmo trabalho doméstico que a manteve subordinada no passado, continua a prendê-la no presente. E não estamos nem nos referindo a mulher negra ainda, a quem entram tantas outras

questões inerentes. Por enquanto se fala na diferença de classe e gênero. “[...] o patriarcado não resulta meramente de uma vontade da classe aristocrática ou de um conjunto de leis, mas se fundamenta na forma social da produção, isto é, trata-se de um domínio incrustado nas formas objetivas de propriedade [...]” (COTRIM, 2018, p. 218). A ideia da família como unidade econômica: no capitalismo, a família não é mais uma unidade de produção, mas continua sendo uma unidade de reprodução e consumo. No seu interior, prevalece a desigualdade. Por isso, o patriarcado se mantém como estrutura objetiva no capitalismo, mesmo o modo de produção capitalista dissolvendo o modo de produção patriarcal. O modelo de família se estrutura nessa condição, porque o nosso modelo econômico sempre se baseou dessa forma, assim como o capital trata tudo como propriedade privada, é assim na família quando nasce uma mulher, e é assim quando ela se casa, ela é sempre tratada como uma propriedade. E o cristianismo faz questão de reafirmar essa estrutura. Para acabar com o patriarcado, de acordo com o que a autora nos apresenta, é necessário romper com esse modelo familiar, ou seja, acabar com a divisão de trabalho, com a subordinação da mulher para com o homem, e com a não liberdade sexual da mulher. Porque a mulher está tão presa nesse ciclo imposto pelo patriarcado, que ela não consegue tempo para participar de eventos que envolvam seu intelecto e seu crescimento fora da esfera familiar, e muito menos que tenha liberdade sexual como os homens.

[...] essa necessidade da família como unidade econômica precisa ser superada para que a mulher possa liberar-se da carga de trabalho doméstico e da criação dos filhos, alcançando tempo livre para atividades alheias ao trabalho assalariado, o que levaria, por meio do acesso feminino às atividades universais antes apenas masculinas, também à superação da dupla moral sexual (COTRIM, 2018, p. 229)

Cotrim traz nesse contexto um exemplo de superação da exploração feminina, e contextualizando o que ela diz, é o seguinte; a falta de liberdade sexual imposta às mulheres faz com que de uma forma ou de outra elas estejam à mercê dos prazeres masculinos, mesmo quando a mulher busca o seu sustento com a prostituição, e da mesma maneira no casamento, as instituições que ditam regras sobre como deve ser o casamento. Essas regras permitem a exploração sexual dentro do casamento e fora dele, mas apenas para os homens. Para eles é socialmente aceitável tudo que propõem, já que eles não têm compromisso no

cuidado com os filhos ou atividades domésticas. Ou seja, se os homens não se comprometem nos cuidados e educação dos filhos, e, muito menos nos afazeres domésticos, sobra muito tempo para eles se dedicarem aos seus próprios prazeres, seja em casa ou fora dela, e como de costume, as mulheres estão ali para servi-los.

A dupla moral sexual a que Cotrim (2018) se refere, está diretamente relacionada à exploração da mulher na unidade familiar, mas que ao mesmo tempo tem seus desejos sexuais reprimidos. É importante lembrar que tanto as mulheres que se guardam para um casamento, quanto as mulheres que se sustentam através do sexo são reféns do sistema patriarcal predominante. Os homens podem viver livremente sua vida sexual, sendo casados ou não, e não têm o mesmo julgamento que as mulheres recebem ao tentarem ter esse mesmo direito. Acontece que as mulheres são moralmente e sexualmente julgadas pela sociedade, porém, dentro da propriedade privada, em que se fundamenta o casamento, as mulheres são individualizadas e arcam com todas as responsabilidades dentro do lar. Por este motivo, as revolucionárias russas lutaram pela superação dessa estrutura familiar tão degradante para as mulheres. Porque elas também precisam de tempo livre e têm direito a uma vida sexual satisfatória, sem serem julgadas moralmente. Um ponto interessante sobre a monogamia se aplicar somente a mulher e não ao homem se deve também ao fato da existência da propriedade privada, que passa de pai para filho, os homens precisavam garantir a legitimidade de seus herdeiros, então criam essa pressão sobre a mulher, juntamente com a Igreja e o Estado.

Até aqui falou-se como o patriarcado se manteve, de acordo com os registros de quem estudou sobre essa questão de gênero, principalmente com a chegada do capitalismo. Mas, para além da luta do feminismo pelos direitos iguais entre homens e mulheres, é indispensável entender a trajetória da mulher negra e o porquê da discrepância entre o “feminismo branco” e o feminismo negro. Isso porque, nas Américas em geral e particularmente no Brasil, como colônia, a história do capitalismo se confunde com a história da escravidão. Tanto a abolição conservadora como a permanência da dependência econômica mesmo com a independência fazem com que a questão racial permaneça um problema central.

1.2 Da escravização ao feminismo negro

Para trazer luz a esse tema, é preciso dialogar com Ângela Davis, já que a nossa cultura não é tão distinta da que ela viveu, e trata dos corpos negros dentro dessa estrutura de poder. “[...] Onde o trabalho era considerado, força e produtividade debaixo do tratamento da ameaça do chicote e do sexo. Neste sentido, a opressão para as mulheres era idêntica à opressão para os homens.” (DAVIS, 2016, p.11). Aqui neste trecho há correlação com o texto da Vera Cotrim (2018) e da Alexandra Kollontai (1920), quando se trata da produtividade e da mão de obra fundamentais para o capital. Mas se difere delas também, no sentido de que se trata agora de escravizados, pessoas tratadas como mercadorias, diferente do contexto anterior que são mulheres pobres vivendo sob opressão do patriarcado e do capitalismo, essa realidade agora trata de sujeitos que vivem sem o mínimo de direitos e dignidade, é isso que o escravismo representa. E dentro desse contexto de escravização em que viviam, tanto os homens quanto as mulheres eram iguais em não serem reconhecidos como indivíduos.

Mas as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres. (DAVIS, 2016, p.11).

É muito importante falar da mulher negra nessa estrutura de poder, porque a mulher negra era subordinada ao homem branco, à mulher branca e, por último, ao homem negro. É bem diferente da mulher branca que se subordina ao pai e ao marido, que foi trazido pela Cotrim (2018) e pela Kollontai (1920). Essas mulheres escravizadas eram exploradas pela mão de obra e sexualmente pelos patrões. Uma cultura que perdurou por séculos, se o patriarcado vive até hoje, essa relação de poder com toda a sociedade para com a mulher negra não é diferente. Não é difícil raciocinar em que pé estamos. A autora faz o paralelo com a abolição internacional de escravos, isso, especificamente nos EUA, ou seja, esse caso em particular não se aplica ao Brasil. As mulheres negras eram ainda mais olhadas pelo cunho da reprodução, para que os senhores dessas terras pudessem continuar seus negócios

prósperos às custas da desumanização das mulheres negras. Elas sequer eram vistas como mães, mas apenas como instrumentos de reprodução. Tanto que eram separadas de seus filhos, que eram vendidos para outros senhores.

Enquanto a ideologia do feminismo – um subproduto da industrialização – foi popularizada e disseminada através das novas revistas de mulheres e novelas românticas, as mulheres brancas foram vistas como habitantes de uma esfera cortada do domínio do trabalho produtivo. (DAVIS, 2016, p.16).

Contextualizando brevemente sobre a época, Ângela Davis traz um apanhado de situações em que a comunidade negra dos EUA viveu no período pós-abolição correspondente ao século XIX. Ela faz a correlação muito bem-feita do movimento sufragista, antiescravagista e posteriormente do movimento negro, e principalmente da mulher negra triplamente explorada. Foi um período bem conturbado, devido à grande resistência da população branca em reconhecer a “liberdade” recém-conquistada pelos/as negros/as constitucionalmente, mas que na prática estava se tornando uma grande fonte de tensão no país.

Aqui, Ângela Davis explica que com o ensaio de uma pré-guerra civil, as mulheres brancas deixaram de trabalhar nas fábricas e o capitalismo as definiu apenas como mães e donas de casa. E quanto às negras, nem isso tinham. Seus filhos não tinham nem os nomes dos pais, já que os fazendeiros não reconheciam essas crianças como filhos. E com isso criou-se um sistema matriarcal dentro da comunidade negra, devido à ausência de autoridade masculina, já que eles não foram criados com uma família. Mas eles/as lutavam todos os dias pela permanência com seus parceiros e com seus filhos, de até mesmo darem seus nomes para aqueles que não tinham pais. Esses escravos lutavam pelo direito de ter uma família.

“É verdade que a vida doméstica teve uma exagerada importância na vida social dos escravos, porque lhes deu o único espaço onde podiam verdadeiramente experienciarem-se como seres humanos” (DAVIS, 2016, p.19). Diferentemente do contexto em que as mulheres brancas e operárias lutaram para sair da opressão do patriarcado e dos afazeres domésticos, as mulheres negras vivem um outro contexto, que é esse momento de afazeres domésticos que lhes dão o mínimo de dignidade, ou seja, ainda estão no processo de humanização. Isso mostra que o feminismo já lutava por causas que as mulheres negras sequer sonhavam. Outro aspecto importante é que nesses trabalhos domésticos as divisões do trabalho eram

bem flexíveis, não havia um rigor quanto a isso, de que homens só faziam tais tarefas e mulheres outras tarefas. “O saliente tema que emergiu da vida doméstica na escravatura é um tema sobre paridade. O trabalho que os escravos desempenham por si mesmos e não para enaltecer o seu dono foi realizado em termos da igualdade.” (DAVIS, 2016, p. 20).

Ângela Davis diz que, fora da opressão exercida dentro da escravização, a comunidade negra conseguiu igualdade de gênero. Lembrando que, dentro da condição de escravizados, homens e mulheres não tinham muita diferença quanto às retaliações. No entanto, havia um diferencial bem notável, que era a violação dos corpos femininos, elas sofriam todas as barbáries possíveis, e ainda eram violadas pelos homens brancos, como um lembrete de quem de fato dominava, e também era uma forma de humilhar os parceiros dessas mulheres, que eram os homens negros. Era como se eles dissessem: vocês negras nos pertencem, e como uma propriedade privada eu faço o que quiser, como eu quiser, porque eu posso e eu mando. Essas mulheres além do trabalho árduo também eram forçadas a produzirem novos trabalhadores que eram arrancados delas e vendidos.

As primeiras feministas que descreveram o casamento como escravatura da mesma espécie que o povo negro sofreu sofreram em primeiro lugar o choque pelo valor dessa comparação – receando que a seriedade do seu protesto pudesse ser mal entendido. Pareciam ter ignorado, no entanto, que a sua identificação com essas duas instituições também implicava que a escravatura não era realmente pior que o casamento. Mesmo assim, a implicação mais importante desta comparação foi que as mulheres brancas de classe-média sentiam uma certa afinidade com as mulheres e homens negros, para quem a escravatura significava chicotadas e algemas. (DAVIS, 2016, p. 33).

É a partir dessa comparação que as mulheres brancas se juntam à luta abolicionista. Porque essas mulheres trabalhadoras e donas de casa se identificavam com as condições dos negros/as devido ao papel de oprimidos em que estavam, obviamente eram condições completamente diferentes na prática, então as mulheres brancas de classe média saem em seus protestos pedindo o abolicionismo, nesse primeiro momento. Só em 1832 é que as mulheres negras criaram a primeira sociedade feminina anti-escravatura, claro, das mulheres negras unidas no combate ao racismo e a todas as opressões que o povo negro sofria. É importante entender que no primeiro momento as mulheres brancas trabalhadoras estão juntas as negras na luta antiescravagista, e no momento seguinte as mulheres

brancas da classe média que custeavam algumas dessas mobilizações rompem com essa aliança, até mesmo porque elas eram mais notadas dentro desses movimentos, justamente para não perderem os seus privilégios que eram alicerçados no trabalho de pessoas negras, sobretudo das mulheres negras. Ângela Davis (2016) traz nesse texto a complexidade que foram essas relações. Porque houve também as mulheres brancas que não estavam ligadas diretamente a um movimento específico e que ajudaram jovens negras, principalmente na questão da educação. Como nos EUA criaram-se políticas excludentes entre brancos e negros, a comunidade negra não podia frequentar os mesmos lugares que os brancos e muito menos ir às escolas. Eram realmente relações muito conflituosas. O movimento sufragista em si nunca olhou para as especificidades das mulheres negras e as suas causas muito mais imediatas.

Nada impulsionou tanto as mulheres antiescravagistas que eram mulheres trabalhadoras brancas, quanto essa luta, elas puderam refletir sobre sua própria opressão, puderam pela primeira vez, desenvolver o seu papel político. Mas como de costume, a Igreja e os homens incomodaram-se com essa expressividade e popularidade, e começaram a disseminar a ideia de que isso era uma afronta a deus e era antinatural. “Desde que a abolição da escravatura se tornou a maior necessidade política, elas chamaram a urgência das mulheres a juntarem-se a essa luta compreendendo que a sua própria opressão se sustentava e perpetuava na continuidade da existência do sistema da escravatura.” (DAVIS, 2016, p.39). Aqui Ângela Davis está falando da luta das irmãs Grimké, que incitaram o movimento feminista antiescravagista, em 1833, e elas já compreendiam a dialética e a importância da luta pela libertação da comunidade negra também, não bastava lutar apenas pelo fim da supremacia masculina. Elas entenderam que uma luta é inseparável da outra, que eram necessárias as lutas de igualdade de gênero e contra a escravização de pessoas negras. Elas fizeram críticas ao movimento feminista anti-escravatura que não incluíam as mulheres negras nessa luta, e pior ainda, eram racistas. E tem um fato muito intrigante que aconteceu nessa época, correspondendo ao período de 1830 a 1850: esses movimentos anti-escravatura deram origem ao machismo dentro das comunidades negras, porque os homens negros é que estavam ganhando benefícios dentro desses movimentos e as mulheres negras foram ficando para trás. Não se pode dizer que não foram lutas importantes, porque realmente foram, mas esses movimentos não olharam para as

mulheres negras, pelo contrário, começaram a questionar quem cuidaria das casas das senhoras brancas que lutavam pelo fim da escravização dos negros.

De acordo com a ideologia dominante o povo negro era alegadamente incapaz de avanços intelectuais. Afinal de contas, tinham sido um bem móvel naturalmente inferior comparado com os epítomes (todas as coisas dos) brancos da espécie humana. Mas se eles fossem realmente biologicamente inferiores, eles não teriam manifestado nem o desejo, nem a capacidade de adquirir conhecimento. Aliás, nenhuma proibição de adquirir conhecimento teria sido necessária. Na realidade, e obviamente, que o povo negro sempre demonstrou uma impaciência furiosa no respeito pela aquisição de educação. (DAVIS, 2016, p. 77).

A “liberdade” recém conquistada pela comunidade negra nos Estados Unidos não foi diferente da realidade brasileira, embora estivesse no papel, na prática não funcionou. Existe uma diferença, que é a condição legal. No Brasil, a igualdade jurídica foi sendo alcançada sem que isso significasse uma igualdade real; nos EUA, foram-se criando leis de segregação, que contribuíam para manter a desigualdade. São situações semelhantes na prática, mas tem uma diferença importante no âmbito do direito. Nos EUA, as mulheres negras eram quem continuavam na lida dos serviços domésticos, nas fazendas, e nos piores trabalhos das fábricas. Ganhavam menos que o acordado e muitas vezes, apenas em troca de roupas. Eles não estudavam, e quando faziam isso, era escondido das pessoas brancas. E como a autora traz em seu texto, se os brancos os consideram tão incapazes de aprender algo, de ter conhecimento, de desenvolver o intelecto etc., então por que estavam preocupados em não os deixar ter acesso ao conhecimento? Isso mostra o quão contraditório isso era. Na verdade, os opressores brancos sabiam que o conhecimento colaboraria com a luta dos negros por sua liberdade. A comunidade negra reivindicaria seus direitos, e não mais voltaria para a submissão ou aceitaria estar nesse lugar de constante luta pela sobrevivência e por dignidade.

Havia sempre alguém disposto a arriscar a própria vida para ensinar as meninas negras na escola. E isso ajudou nesse anseio pelo conhecimento que tanto a comunidade negra desejava. “Como Myrtila Miner lutou para ensinar e as suas alunas lutaram para aprender, todas elas sofreram e lutaram contra fogo posto e outros crimes de apedrejamentos racistas de multidões.” (DAVIS, 2016, p.78). Essa foi uma mulher branca que arriscou tudo para ensinar as jovens negras. E quando algo assim acontece, dentro de um contexto cheio de tensões, isso inspira as pessoas a prosseguirem, lhes dão coragem e esperança. E como a autora traz ao longo do seu

texto, houve mulheres brancas que estenderam suas mãos às mulheres negras, como citado bem acima, as irmãs Grimké também foram algumas delas. Talvez porque elas soubessem o quão necessário era que as mulheres negras acessassem o conhecimento para que pudessem conhecer o seu caminho rumo à liberdade tão almejada.

Com a chegada do século XX e o movimento sufragista em alta, e a industrialização a todo vapor, vem à tona o racismo escancarado.

Esta escalada promocional de propaganda racista foi acompanhada por uma similar aceleração promocional de ideias que implicam a inferioridade feminina. Se os negros – em casa e no estrangeiro – eram retratados como completos bárbaros, as mulheres – as mulheres brancas – eram mais rigorosamente descritas como figuras maternais, cuja razão fundamental de ser era de alimentar a espécie masculina. As mulheres brancas aprendiam que como mães, tinham uma especial responsabilidade na luta da defesa da supremacia branca. Afinal de contas, elas eram “as mães da raça”, na prática [havia] – especialmente quando o movimento da eugenia ganhou popularidade – pouca distinção entre “a raça” e a “a raça anglo-saxónica”. (DAVIS, 2016, p. 90).

Como a autora traz no texto e deixa bem claro, foram poucas as mulheres brancas que se preocuparam com as causas das mulheres negras. O movimento sufragista escancarou e mostrou de que lado as mulheres brancas estavam, e não era do lado da comunidade negra. E essas mulheres também foram responsáveis pelo próprio sexismo dentro do seu movimento, quando concordaram em serem as mães da raça que elas estavam defendendo. O medo da guerra de raças, reforçou a supremacia branca. O movimento das sufragistas não abraçou a causa das mulheres trabalhadoras, que precisavam lutar por causas mais imediatas, por exemplo: a carga horária e as condições de trabalho. Porque diferente das sufragistas que achavam que o direito à igualdade política resolveria seus problemas, as mulheres trabalhadoras sabiam que o direito político não asseguraria os direitos econômicos, ou seja, a disparidade salarial continuaria vigente. O que mostra que cada grupo lutava por causas diferentes, porque os contextos eram diferentes. Um contexto não abrangia o outro.

Os ideais sufragistas eram nada mais do que uma representação do pensamento burguês. “Como as mulheres trabalhadoras líderes começaram a argumentar, as mulheres trabalhadoras podiam usar o voto para exigir melhores salários e melhorar as condições de trabalho.” (DAVIS, 2016, p.105). Aqui as mulheres trabalhadoras percebem que o voto pode ser uma arma na luta contra a

precariedade no trabalho, então elas começam a reivindicar esse direito com as sufragistas.

Só para reforçar o que a autora deixou bem claro ao longo do seu texto, o movimento feminista branco não abraçou em momento algum as mulheres negras, pelo contrário, reforçaram ainda mais os estereótipos e o racismo, porque elas não iriam se desfazer de seus privilégios brancos, isso não era interessante para elas. Algumas mulheres ajudaram as jovens negras a ler, outras compreendiam a importância do fim da escravização das pessoas negras, como foi citado acima, mas isso não significa que essas mulheres brancas trouxeram as mulheres negras para suas causas no movimento feminista, existiram mulheres brancas que abraçaram o abolicionismo e colaboraram com essa causa; mas não o movimento feminista branco. Este não inclui as mulheres negras e a classe trabalhadora.

Adentrando num panorama em que o colonialismo na América Latina também deixou sua marca e teve um impacto bem negativo, e diferente do que aconteceu nos EUA, onde se via claramente a divisão de pessoas brancas e negras, no Brasil quiseram passar uma imagem de democracia racial, como se não houvesse racismo e nenhum problema relacionado aos séculos de escravização e pós-abolição. E literalmente foram destruídos os documentos com essas informações.

Um outro fator importantíssimo que distingue a escravização de pessoas negras no Brasil do que aconteceu nos EUA foi a forma como os negros aqui foram ainda mais brutalizados.

No Brasil uma força braçal de mais de duzentos escravos numa só fazenda era fato comum, enquanto nos Estados Unidos mais de cem escravos reunidos numa única propriedade era exceção. As condições de vida dos escravos no Brasil eram por isso menos cuidadas do que nos Estados Unidos, onde a substituição do escravo requeria relativamente mais dinheiro [...] (NASCIMENTO, 2016, p.51).

No Brasil os negros escravizados eram tão baratos que poderiam ser facilmente substituídos, e entrando nessa lógica os senhores brancos não dispensavam nenhum tratamento humano a esses grupos. Eles eram tão violentados que a taxa de mortalidade infantil de pessoas escravizadas era muito alta, devido às condições em que viviam e não tinham acesso às condições para satisfação de suas necessidades básicas para a sobrevivência humana, como por exemplo: alimentação e cuidados médicos. E isso somente no Rio de Janeiro onde

diziam que eles tinham os melhores tratamentos, imagina então os negros das outras regiões do Brasil.

Como no Brasil a compra de novos escravos era muito fácil e extremamente barata, os senhores de escravos não se dignaram a cuidar dos escravos que eles tinham sob seus domínios. Embora os mitos teimem em dizer que eles eram pacíficos e aceitavam tudo, não era bem assim, eles tentavam de tudo para se libertarem daquela condição na qual foram introduzidos.

Mas assim como nos tempos antigos a Igreja colocou os homens acima das mulheres e não em igualdade, aqui também a Igreja exerceu um papel semelhante, forçando-os a se batizarem e levando-os a crerem que era da natureza dos negros serem submissos e ainda usavam os deuses de países africanos para reforçarem esse discurso. E mesmo assim eles fugiam, óbvio, assim como também, outros tantos não viam esperança e morriam lentamente fatigados. “Em verdade, o papel exercido pela Igreja Católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda sua brutalidade [...]” (NASCIMENTO, 2016, p.46). O papel da Igreja era “amansar”, nunca se preocuparam em salvar pessoas ou com o bem-estar de alguém, a Igreja sempre atacou os mais vulneráveis e permitiu a barbárie.

E mesmo diante de fatos incontestáveis sobre como se deram as relações entre negros e brancos desde o início do Brasil colonial, a nossa história produzida pela classe dominante teima em dizer que esse país sempre foi pacífico e que todos convivem harmoniosamente bem. Sabemos que é um dos maiores mitos, ninguém viria de bom grado para ser escravizado até a morte numa terra estranha, sem falar dos Indígenas que eram os donos desse Brasil, e que também foram massacrados e continuam sofrendo.

O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa de sua condição racial e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais; todo mundo é simplesmente brasileiro [...] (NASCIMENTO, 2016, p.70)

As contradições estão visíveis, o próprio negro que sofre com o racismo, a ele é negado o direito de se reconhecer como tal, nossa sociedade vive uma mentira que nem ela própria sustenta. Perante a lei, na qual define os direitos e deveres

enquanto cidadãos, não existe distinção por raça, sexo, religião entre outros, ou seja, todas as pessoas devem ser tratadas igualmente. Isso está assegurado constitucionalmente e é importante que tenhamos isso. No entanto, é como se os conflitos sociais e raciais de fato não existissem, porque a lei diz que todos somos iguais e as oportunidades são as mesmas. Como os meios legais dizem que somos uma só nação, embora a realidade seja outra, ao povo negro não é permitido a luta e reivindicação por igualdade, justiça e liberdade, já que são eles que estão na mira das armas, à mercê das forças policiais e de pessoas brancas comuns. A conta não fecha. A classe dominante tenta a todo custo impor o discurso de pacificidade entre as raças.

Como é possível apagar centenas de anos de escravização a que os negros foram submetidos, para a elite dominante realmente é algo natural. Isso é extremamente cruel, porque as práticas racistas continuam acontecendo, os estudiosos brasileiros que pesquisam essas questões, e até mesmo de outros países sabem disso, mas os próprios brasileiros ignoram tais fatos ou fingem que não existem, mas quem vive na pele não tem o privilégio de ignorar.

Essas pessoas vivem o terror cotidianamente, seja pela polícia, pelas milícias ou pelo crime organizado que estão amparados pela igreja e pelo estado, que atuam como uma força controladora e no extermínio da população negra. Lutar contra o sistema que não foi feito para você, apesar de ter sido construído com o seu sangue e suor, é pesado. E ainda tem gente que diz que essas pessoas se fazem de vítimas, elas não se fazem, elas realmente são, e foram escolhidas a dedo e sequer têm o direito de denunciar os seus violentadores e opressores. Sem falar que o racismo estrutural garante a desigualdade racial, porque o nosso processo histórico em que privilégios e desvantagens estão relacionados a determinados grupos étnico-raciais; são difundidos na esfera política, cultural e econômica, assim como também no nosso cotidiano. Em outras palavras, isso quer dizer que o nosso país foi consolidado em normas e padrões a partir de visões racistas, ou seja, o racismo faz parte da nossa estrutura social.

Para elucidar ainda mais essa questão sobre o acobertamento dos conflitos raciais, de classe e gênero no Brasil, Sueli Carneiro diz:

Portanto, no caso brasileiro, o discurso sobre identidade nacional possui essa dimensão escondida de gênero e raça. A teoria de superioridade racial teve na subordinação feminina seu elemento complementar. A expressiva massa

de população mestiça, nascida da relação subordinada de mulheres escravas negras e indígenas com os seus senhores, tornou-se um dos pilares estruturantes da decantada "democracia racial" brasileira [...] (CARNEIRO, 2002, p.169)

As questões relacionadas a gênero e raça no Brasil, estão intimamente ligadas ao estupro sofrido pelas mulheres negras durante o período colonial, onde a disparidade de gênero cria uma erotização no imaginário coletivo, o papel da mulher negra na formação da nossa cultura é repudiado e cria-se uma romantização da violência sexual contra as mulheres negras. Juntando essas peças em que o Brasil vai se formando no colonialismo dentro dessas crenças, o resultado não poderia ser diferente do que estamos vivendo atualmente. Mais da metade da população brasileira é formada por pessoas negras, e mesmo assim a historiografia brasileira não se deteve nessa pauta do racismo e de gênero. E isso se deve aos interesses da classe dominante em querer negar ao povo brasileiro, e sobretudo aos negros a sua verdadeira história, então eles mascaram todos esses conflitos e continuam negando o protagonismo negro.

Essa mentalidade racista foi sendo introduzida na consciência e no inconsciente coletivo dia a dia ao longo de muitos anos, como se fosse algo "natural", na literatura tem muito sobre as mulheres negras, mas em sua quase totalidade foi escrita na visão masculina, por um viés totalmente deturpado em que esses autores foram cada vez mais fortalecendo os estereótipos na sociedade, principalmente sobre onde é o lugar que cada classe e raça deve ocupar, sobretudo o papel da mulher negra. E a mulher negra continua à margem.

A miscigenação brasileira que teve sua base no estupro apresenta outros problemas, principalmente a negação de que essas pessoas mestiças fazem parte da comunidade negra, e a partir desse colorismo, surge uma categorização de privilégios medidos com base em quem é mais escuro ou mais claro, em quem tem traços finos ou grossos, cabelos crespos e cacheados. As pessoas abraçaram isso, não porque quisessem, mas porque foi um projeto que foi sendo difundido com muita maestria pela classe dominante. Então surge uma hierarquia e uma fragmentação dentro das comunidades negras. O que acontece é que a mulher preta, ou seja, que está na última escala dessa categoria da miscigenação, é a menos valorizada, no entanto, as ditas mais claras são objetos de desejos, mas continuam sendo de segunda categoria. Porque já sabemos que as brancas é que são as ideais para os homens, e até mesmo para os homens negros, evidentemente

há uma relativização nessa afirmação, porque a branca ser alvo de desejo do negro, tem a ver com uma sensação de ascensão social; é objeto de desejo do branco, para ser a mãe de família. Mas a negra e mestiça continua sendo hipersensualizada. E, portanto, continua sendo objeto de desejo sexual tanto do branco como do negro. O Brasil é um destino de turismo sexual, e são as mulheres negras aqui as mercadorias desejadas pelos estrangeiros.

[...] Desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil, que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que outros e, portanto, aceita-se complacentemente que não sejam tratados como detentores de direitos. (CARNEIRO, 2002, p.178)

Mesmo com a abolição, as mulheres negras nunca de fato conheceram ou alcançaram o que almejam, na prática não houve abolição, elas não conquistaram nem o direito ao afeto, embora sejam vítimas da fantasia racista latente em nossa sociedade. Essas mulheres precisam lutar mais para terem o direito a viver com dignidade, ou seja, pesam sobre seus ombros os fatores classe, sexo e raça. É impossível acabar com a disparidade de gênero, enquanto as mulheres negras ainda vivem sob a ameaça de não poderem ser quem são, ou seja, serem negras. É tão complicado avançar nesse sentido, porque a classe dominante preparou um esquema tão bem elaborado que os próprios negros não se reconhecem como negros.

E como foi dito anteriormente, com a categorização da comunidade negra baseada em tons de pele, houve ainda mais essa falta de consciência e de união. Isso acaba prejudicando a mobilização e o avanço. Como se combate o racismo se as pessoas que fazem parte do grupo oprimido acham que não são negras? É uma luta que na verdade tem que ir para a esfera política, todos os outros movimentos precisam estar alinhados na luta contra a desigualdade de gênero e sobretudo na luta contra o racismo. Para daí ter um avanço significativo, sejamos esperançosos! Houve muitas lutas até aqui, muitas outras virão, embora seja injusto não termos avançado tanto mais.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um

que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALEZ, 1983, p. 4).

Diferente dos EUA que criou uma política de segregação bem mais escancarada, porque juridicamente estabelecida, no Brasil, as pessoas em geral, e principalmente os intelectuais da época pós-abolicionismo, a elite dominante, fizeram de tudo para que a sociedade preta do nosso país não se identificasse com suas origens, ou seja, foi criando uma crença de que o racismo não faz parte da nossa realidade. E isso é tão problemático, que muitas vezes o racismo não é perceptível para quem está ao nosso lado, as pessoas não conseguem enxergar o racismo como racismo, porque ele pode ser muito sutil. E isso não quer dizer que ele é menos pior que a política de segregação, pelo contrário, ele se torna muito mais agressivo no sentido de fazer com que as pessoas negras queiram se agarrar a qualquer traço que as façam estar distante do que representa ser negro nesse país.

Lélia Gonzalez faz dois paralelos muito importante em seu texto:

[...] A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. (GONZALEZ, 1983, p. 4).

Essa questão da memória e da consciência são fundamentais para que possamos compreender a nossa estrutura social e econômica que foi forjada a sangue e ferro. Os negros não tiveram a oportunidade de escreverem suas histórias, foram homens brancos que as escreveram, e de uma perspectiva bem diferente da realidade, e quando falaram dessa realidade, foi sempre justificando os atos vis de pessoas brancas. Se não nos atentarmos a esses fatos e procurarmos a fundo o que de fato aconteceu nesse país, facilmente faremos parte das pessoas que esqueceram todas as lutas e as muitas perversidades que a comunidade negra viveu durante o período de escravização, e ainda vive, sejamos sinceros.

As pessoas que sempre ocuparam cargos de poder no Brasil, sobretudo públicos, sempre fizeram questão de manter os conflitos raciais em oculto, com o discurso de que o sangue brasileiro está acima de qualquer posição social, de raça,

gênero ou religião, e com a farsa da igualdade jurídica. No entanto, na prática se vê uma conduta totalmente diferente do discurso e na igualdade abstrata presente no âmbito do direito. As pessoas negras continuam em serviços que lhes falam que são naturais da raça, e os brancos continuam tendo seus privilégios, enquanto as comunidades negras continuam vivendo em ambientes degradantes e sofrendo a opressão policial e sendo violentados por essas forças policiais, ou seja, as práticas racistas de imposição da submissão da população negra seguem sendo algo comum.

Vivemos em um sistema tão cruel, em tempos tão corridos, uma vida que está condicionada a somente trabalhar, comer e dormir, que é praticamente impossível que a classe trabalhadora, a sua maioria negra, saia da alienação na qual estamos inseridos, e isso dificulta o processo de resgate da nossa história, justamente porque não temos consciência dela. A mulher negra sente o estranhamento da divisão sexual e racial do trabalho que a sociedade a obriga a desempenhar, com toda certeza, mas todas essas práticas continuam em pleno funcionamento. E para além disso, as mulheres pretas sofrem com a questão do padrão de beleza.

[...] Tem uma música antiga chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fofalhão em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira. Se bobear, a gente nem tem que se defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato da gente ser preta [...] (GONZALEZ, 1983, p.12).

As mulheres em geral sofrem com os padrões estéticos de beleza, mas a mulher negra ocupa um lugar tão baixo nessa escala que chega a ser agonizante. Mulher, preta, cabelo crespo, lábios grossos e nariz largo, esses são as principais características para ser a carne mais barata nesse país e viver em situação desumana ainda nos dias atuais. Se a imagem dessa mulher continua sendo motivo da sua falta de autoestima e gera um impacto tão negativo, é inviável que essas mulheres tenham orgulho da sua raça e de suas especificidades enquanto mulher preta. Por isso a representatividade é importante na construção dessa imagem. A mulher preta é agredida dia após dia, simplesmente por ser quem é. Esse racismo

presente nos padrões de beleza impacta na autoestima e nos relacionamentos das mulheres negras.

Atualmente tem crescido o movimento em que as mulheres negras conseguiram sair da ditadura do cabelo liso, e estão usando seus cabelos naturais, esse passo tem sido importante, no entanto caímos na armadilha dos cachos perfeitos. Só os cabelos cacheados são aceitos socialmente, mas as mulheres brancas entendedoras da moda dizem que não são elegantes. E os cabelos crespos sequer são aceitos ou vistos como belos. Ainda há um longo caminho a percorrer nesse sentido. A mulher negra socialmente aceita, é aquela que povoa o imaginário coletivo; a negra de cintura fina, seios pequenos e firmes, quadris largos e traços finos. Para uma mulher preta se amar fora desses padrões, ela precisa ter muita consciência de ser quem é.

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão (CARNEIRO, 2003, p. 1).

Na citação acima Sueli Carneiro faz uma reflexão bem assertiva em relação ao que é chamado de democracia racial, esse termo que descreve como a sociedade miscigenada convive bem entre si, mas a verdade é que não funciona nem na aparência. Não tem como apagar centenas de anos de escravização, os resquícios de tais práticas continuam bem latentes, e mudar esses traços de submissão ou de superioridade no imaginário coletivo é o que tem gerado debates e estudos sobre este tema. “Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?” (CARNEIRO, 2003, p. 1). É isso que este trabalho está se propondo a mostrar, o feminismo branco está muito à frente e não inclui a mulher negra, porque historicamente falando, são realidades bem distintas. E como Carneiro bem deixa claro no seu discurso, embora as mulheres negras sejam a maioria da população brasileira, elas nunca tiveram esse prazer de serem chamadas de frágeis, porque estavam sendo escravizadas, exploradas e mutiladas de maneiras inumanas. Tratadas como coisas.

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as

sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003, p. 2).

O racismo é uma forma de opressão, então não tem como lutar pelos direitos das mulheres, sem colocar em pauta o racismo. Enquanto as mulheres brancas estão lutando pelo fim do patriarcado, pelo fim da divisão do trabalho dentro de casa, pela independência financeira principalmente, a mulher negra está lutando pelo direito à luz, que é ser reconhecida como mulher, e não como um objeto. As mulheres negras têm que lutar pelo direito básico de sobrevivência e reconhecimento, e mais, lutam contra o racismo e contra a desigualdade de gênero.

O feminismo negro começou a ganhar espaço a partir da chamada “segunda onda” do feminismo, que ocorreu entre 1960 e 1980. Junto com a fundação da National Black Feminist Organization em 1973 nos Estados Unidos. Mas não só por isso. A partir desse movimento feminista, mulheres negras começaram a pensar, debater e escrever sobre suas próprias especificidades. Desafiando assim o conceito de “mulher”, determinado não só pela sociedade patriarcal, mas também pelo feminismo pautado até então apenas dentro da “branquitude” e suas demandas (DO NASCIMENTO SILVA, 2018, p. 2).

Isso que a autora traz, é o que se tem falado no trabalho. A luta das mulheres brancas é diferente, principalmente porque são pautas diferentes em decorrência do contexto, enquanto a mulher branca lutava pela independência, as mulheres negras não eram nem reconhecidas como pessoas, enquanto as brancas lutavam pela liberdade sexual, as negras eram violentadas e sexualizadas. Quando as mulheres negras veem que não estão incluídas dentro do feminismo branco, elas também vão pensar e debater o seu papel dentro da sociedade.

A bell hooks (2014) faz uma referência muito importante sobre a luta contra o machismo e contra o racismo, já que tanto a Vera Cotrim (2017), quanto Alexandra Kollontai (1920) falam sobre uma igualdade social baseada na igualdade de gênero. Só que infelizmente, não será possível ter essa igualdade de gênero, sem debater o racismo e sem romper com ele. Mas uma coisa é bem clara, enquanto vivermos dentro deste sistema econômico atual, as mulheres, no geral, estarão na condição de oprimidas, é claro que os fatores raciais e de classes influenciam quem são as mais oprimidas.

Nós tivemos medo de reconhecer que o sexismo podia ser tão opressivo como o racismo. Nós agarramo-nos à esperança de que a libertação da opressão racial seria tudo o que era necessário para sermos livres. Nós

éramos a nova geração de mulheres negras que foram ensinadas a submeterem-se, a aceitarem a inferioridade sexual e a serem silenciosas. (hooks, 2014, p. 5).

As mulheres negras foram brutalmente atacadas, em todos os aspectos, e principalmente quanto a se reconhecerem como indivíduos que fazem parte de uma sociedade como um todo. Para elas, o mais importante era conquistar o direito de não serem escravizadas. E isso retardou o processo delas em perceberem como o machismo também era opressor, o que mostra como a mulher negra precisou lutar o dobro das lutas das mulheres brancas. A sociedade precisa reconhecer que esse processo não é fruto da imaginação ou uma constante lamúria pelo passado tão penoso. As relações são construções, a sociedade é uma construção, assim como os seus valores e costumes. Se tudo é um fato histórico, não tem como irromper com tais práticas de imediato. Entretanto, é preciso muita garra e ousadia para mudar essa realidade na qual as mulheres ainda estão. E claro, superar esse sistema econômico no qual estamos vivendo.

Ainda que as mulheres negras e os homens tenham igualmente lutado e bastante pela liberdade durante a escravidão na era da Reconstrução, os líderes políticos negros mantiveram os valores patriarcais. Enquanto os homens negros avançaram em todas as esferas da vida americana, foram encorajando as mulheres negras em assumirem um papel mais subserviente. (hooks, 2014, p. 6).

Mais uma vez, bell hooks vem reforçando sobre como as mulheres negras foram importantes na luta contra a escravidão juntamente com os homens negros. Só que, enquanto os homens conquistaram seus espaços e lideranças, elas ficaram em segundo plano. Óbvio que eles ficaram numa posição de conforto, e não se importaram com o sexismo emergente. E essas mulheres negras sofriam a dupla opressão, ou seja, racismo e sexismo. Na verdade, houve muitas lutas até aqui, e com certeza haverá muito mais. Enquanto esse sistema continuar criando espaços de opressão e exploração de uns pelos outros, vai ser bem difícil romper com essa lógica, na verdade, é um processo de desconstrução e reconstrução, porque as pessoas que ocupam espaços de poder e de privilégios, elas não dão a mínima para as lutas relacionadas aos conflitos sociais, sejam eles; de classe, raça ou gênero.

CAPÍTULO II

MARIANA, DE MACHADO DE ASSIS: uma figuração literária da mulher negra

Esta segunda parte do trabalho é uma análise de um conto do Machado que dialoga bem com os relatos anteriores sobre as consequências da escravização e o que povoa o imaginário popular, sobretudo o imaginário dos não-brancos. Trazendo para o contexto brasileiro, mais ou menos na mesma época em que Ângela Davis (2016) faz a contextualização dos relatos pós-abolicionismo nos EUA, Machado de Assis também nos deixa a par do que estava acontecendo no Brasil, não de forma direta, mas através de sua ironia machadiana, ou seja, contos, poemas e romances.

O conto Mariana foi publicado em 1871, alguns anos antes da abolição da escravidão no Brasil, diferente dos EUA que já estavam vivendo o momento pós-abolição. Esse conto traz o narrador em primeira pessoa, um homem rico e branco. Mariana, por sua vez, é representada por uma jovem mulher negra que tem certos “privilégios” na casa onde vive, que fica localizada em algum bairro nobre do Rio de Janeiro, na época.

O conto inicia-se com a chegada de Macedo, que ficou a viajar por 15 anos fora do Brasil, quando ele chega ao Rio de Janeiro, fica todo empolgado com o desenvolvimento da cidade, e a admira por um tempinho, nesse meio tempo encontra casualmente Coutinho, que foi o fruto de admiração de Mariana, como será mostrado a seguir. Macedo e Coutinho combinam um almoço e decidem chamar mais dois amigos para acompanhá-los, não dizem o nome deles, só os descrevem como: um sendo comerciante e o outro dono de um cartório. Não é difícil assimilar que eram pessoas estudadas e com um bom poder aquisitivo.

Logo no primeiro parágrafo da obra pode-se perceber como a vida privilegiada de Macedo o impede de observar e refletir com mais profundidade sobre a realidade e suas contradições. “Não há decepções possíveis para um viajante, que apenas vê de passagem o lado belo da natureza humana e não ganha tempo de conhecer-lhe o lado feio. Mas deixemos estas filosofias inúteis” (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 1). Fica bem claro que o Macedo ao pensar assim, não importava

nem um pouco sequer com as mazelas sociais, o importante era ele viajar e conseguir enxergar somente a beleza dos lugares. Sendo que, se tratando de classes, há sempre dois opostos, mas é interessante ele trazer esse pensamento para que se possa pensar nesse contraponto. Principalmente nesse contexto histórico.

E durante esse almoço e conversa, os três pedem que Macedo conte-lhes suas aventuras pela Europa e Oriente, e ao terminar eles perguntam sobre o casamento de Coutinho com sua prima, ele explica que ela tinha casado com um fazendeiro, faz-se silêncio e depois Coutinho começa contar a história.

Acendemos nossos charutos. Coutinho começou a falar:

- Eu namorava a prima Amélia, como sabem; o nosso casamento devia efetuar-se um ano depois que daqui saíste. Não se efetuou por circunstâncias que ocorreram depois, e com grande mágoa minha, pois gostava dela. Antes e depois amei e fui amado muitas vezes; mas nem depois nem antes, e por nenhuma mulher fui amado jamais como fui...

– Por tua prima? perguntei eu.

– Não; por uma cria de casa.

Olhamos todos espantados um para outro. Ignorávamos esta circunstância, e estávamos a cem léguas de semelhante conclusão. Coutinho não parece atender ao nosso espanto; sacudia distraidamente a cinza do charuto e parecia absorto na recordação que o seu espírito evocava. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 4 e 5).

Nessa parte do diálogo fica bem visível o espanto desses homens brancos quando Coutinho conta-lhes que uma “cria” da casa nutriu sentimentos por ele, já que na época era inconcebível tal ousadia, os senhores podiam explorar essas mulheres negras e criadas de todas as formas possíveis, mas nunca era permitido um relacionamento consentido e apoiado, socialmente falando. Mas o texto mostra conforme vai se desenrolando que Mariana não sofria qualquer tipo de abusos físicos por parte de Coutinho. Só que, o fato dele representar a elite dominante da época, isso por si só, já representa a relação de poder estabelecida entre ele e a escravizada.

- Chamava-se Mariana, continuou ele alguns minutos depois, e era uma gentil mulatinha nascida e criada como filha da casa, e recebendo de minha mãe os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas. Não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre, e até minhas irmãs tinham certa afeição fraternal. Mariana possuía a inteligência da sua situação, e não abusava dos cuidados com que era tratada. Compreendia bem que na situação em que se achava só lhe restava pagar com muito reconhecimento a bondade de sua senhora. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 5).

Aqui fica bem evidente como era o tratamento direcionado a Mariana, ela tinha um certo privilégio, comparado às demais escravizadas da casa, já que ela tinha acesso a certas coisas que as demais escravizadas não tinham. Sobretudo o acesso à educação, no entanto, não sabemos o porquê desses “privilégios” direcionados a Mariana. Se ela realmente fosse tratada como uma filha da casa, com certeza nas ocasiões especiais ela não teria que se retirar e também não teria que demonstrar sua gratidão em forma de servidão. Nesse conto em especial, fica bem evidente que Mariana sabia bem o seu lugar na casa, ou seja, ela era consciente de que era só uma escrava, mesmo que soubesse ler e escrever e tivesse um pouco de afeição da senhora da casa. Lembrando que é o Coutinho quem diz, ele faz questão de reafirmar a bondade de sua família para com Mariana. A ela foi ensinado até francês, quem dentre os escravizados/as daquela época tinham tal privilégio? Pouquíssimos. Mariana também sabia costurar muito bem. Mas Coutinho deixa bem claro que na educação ela não tinha o mesmo nível que suas irmãs, é claro, os senhores não deixariam que seus escravizados fossem melhores que seus filhos.

Outro ponto muito relevante dessa descrição é que Coutinho a chama de mulatinha, isso quer dizer que Mariana tinha a pele mais clara, o que nos leva a outro problema daquela época, os senhores brancos estupravam as mulheres negras, ou tinham relações com elas, mas como esses homens tinham poder sobre essas mulheres negras não tem como discutir aqui o consentimento, já que essas relações não eram com pessoas em pé de igualdade.

Como tinha inteligência natural, todas estas coisas lhe foram fáceis. O desenvolvimento do seu espírito não prejudicava o desenvolvimento de seus encantos. Mariana aos 18 anos era o tipo mais completo da sua raça. Sentia-se-lhe o fogo através da tez morena do rosto, fogo inquieto e vivaz que lhe rompia dos olhos negros e rasgados. Tinha os cabelos naturalmente encaracolados e curtos. Talhe esbelto e elegante, colo voluptuoso, pé pequeno e mãos de senhora. É impossível que eu esteja a idealizar esta criatura que no entanto me desapareceu dos olhos, mas não estarei muito longe da verdade. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 5 e 6).

Coutinho, mesmo depois de tantos anos, ainda consegue descrever os traços físicos de Mariana. E aqui, ele faz menção a um ponto interessante, de que a inteligência de Mariana não atrapalhava seu desenvolvimento físico, como se isso fosse um impedimento para quem vivia em condições servis. Nesse trecho, o

narrador, que está em primeira pessoa, faz o paralelo dos atributos físicos de Mariana, mas também ressalta a sua inteligência e facilidades para aprender as coisas que lhe foram ensinadas. Machado de Assis consegue trazer esses vieses importantíssimos para debate. E no finalzinho do trecho acima, Coutinho fica em dúvida se a tal criatura não foi apenas uma idealização, ou seja, a forma como ele lembra dela com muitos detalhes.

Mariana era apreciada por todos quantos iam a nossa casa, homens e senhoras. Meu tio, João Luís, dizia-me muitas vezes: - "Por que diabo está tua mãe guardando aqui em casa esta flor peregrina? A rapariga precisa de tomar ar".

Posso dizer, agora que já passou muito tempo, esta preocupação do tio nunca me passou pela cabeça; acostumado a ver Mariana bem tratada parecia-me ver nela uma pessoa da família, e além disso, ser-me-ia doloroso contribuir para causar tristeza a minha mãe. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 4).

Com certeza Mariana era muito bonita, já que todos que frequentavam a casa a admiravam, e pode ser que ela era mais próxima da família devido a esse fator. As pessoas não deviam estar acostumadas com pessoas escravizadas que tinham um mínimo que fosse de dignidade, digo, no caso de Mariana que sabia ler e escrever, e ainda era motivo de admiração por parte das pessoas devido a sua beleza. Embora o fato de ela ser mulata ajudava nesse aspecto. Quando o tio de Coutinho fala a respeito da beleza de Mariana, ele se pega pensando no fato de que nunca reparara nela como mulher, é claro, para ele, ela era só uma pessoa que servia a família. E há outro ponto para reflexão, o tio de Coutinho tinha interesse sexual em Mariana, tanto que ele questiona sobre a flor peregrina estar escondida naquela casa, nos dando a entender que ela ainda não tivera sua vida sexual iniciada, já que flor tem essa conotação de pureza.

Quando Coutinho fala sobre ela ser bem tratada e vê-la como alguém da família, e também não queria contribuir para a tristeza de sua mãe, caso olhasse para Mariana de outra forma, não tem a ver com seus sentimentos fraternais, e sim sobre não decepcionar a mãe ao se envolver com uma negra e virar motivos de comentários pelo bairro. Essa fala sobre Mariana ser tratada como alguém da família é uma forma de Coutinho abrandar a realidade na qual ela vivia. Conforme Coutinho vai contando a história, a gente percebe que ele é um homem muito racional, ele nunca se deixou levar pelo sentimentalismo e consegue muito bem ver essa

diferença de classe entre ele e Mariana. A relação de poder e distanciamento. Pelo menos é no que ele quer que acreditemos.

Logo mais Coutinho conta que foi Mariana quem despertou o interesse dele pela sua prima, Amélia, e eles então começaram a namorar, os pais aceitaram o pedido de casamento, ficaram contentes, já que eram de famílias que tinham o mesmo patamar social. Mariana ao notar as longas ausências de Coutinho, já que ele passava muito tempo cortejando sua noiva, pergunta a Josefa, que é irmã de Coutinho, o que passava com ele, já que se encontrava ausente. E então ela fica sabendo do casamento firmado.

– Então, que fazes tu? disse eu em tom de galhofa.

– Nada, respondeu ela levantando os olhos para mim. Estavam rasos de lágrimas.

Admirou-me essa manifestação inesperada da parte de uma rapariga que todos estavam acostumados a ver alegre e descuidosa da vida. Supus que houvesse cometido alguma falta e recorresse a mim para protegê-la junto de minha mãe. Nesse caso a falta devia ser grande, porque minha mãe era a bondade em pessoa, e tudo perdoava às suas amadas crias. (MACHADO DE ASSIS, 1871. p. 5).

Ao saber que Coutinho vai casar, Mariana fica triste, como ele descreve, ela arruma o pretexto do cigarro para aproximar dele, e ele vê lágrimas em seus olhos, mas pelo que se percebe do texto, o Coutinho nunca achou que Mariana seria capaz de nutrir uma paixão por ele, ou se ele percebeu alguma coisa ainda cedo, não se importou com tais sentimentos. Mas o que mais chama a atenção aqui neste trecho, é o fato de ele exaltar a bondade de sua mãe. Sem falar que, naquela época, a escravidão era vista por quem a praticava como boa e civilizatória, ou seja, era bem pior. Ao vê-la chorosa, ele logo pensa que ela quer ajuda e proteção dele com algum problema relacionado a senhora da casa. Essa coisa dele falar sobre a mãe perdoar as “amadas crias”, talvez tenha mais a ver em evidenciar a bondade de sua mãe para seus colegas que ouviam essas histórias, do que realmente sua mãe ser uma pessoa boa, principalmente porque os homens não lidavam diretamente com a distribuição de afazeres domésticos, a senhora da casa é quem passava mais tempo com suas escravizadas. Não existia amabilidade nessa relação.

Machado é um autor estupendo, justamente por trazer essas nuances à tona, a narração é feita por senhores ricos e brancos. Talvez se a narradora fosse a Mariana, pode ser que essa lógica tivesse um ponto de vista diferente. Machado de Assis ao colocar Coutinho como narrador, tem a ver com desvendar a consciência

da classe dominante, é através dessa narração que o autor vai trabalhando as subjetividades, as relações e as contradições, ou seja, o narrador é o objeto de crítica do autor. Com o desenrolar do conto, a relação entre Mariana e a mãe de Coutinho vai ficando cada vez mais clara. E a gente vai percebendo que as falas de Coutinho não correspondem à prática. É uma relação bem típica de senhora e escravizada mesmo.

— Que tens tu, Mariana? disse eu; andas triste e misteriosa. É algum namorico? Anda, fala; tu és estimada por todos cá de casa. Se gostas de alguém poderás ser feliz com ele porque ninguém te oporá obstáculos aos teus desejos.

— Ninguém? perguntou ela com singular expressão de incredulidade.

— Quem teria interesse nisso?

— Não falemos nisso, nhonhô. Não se trata de amores, que eu não posso ter amores. Sou uma simples escrava.

— Escrava, é verdade, mas escrava quase senhora. És tratada aqui como filha da casa. Esqueces esses benefícios? (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 6).

Mariana, que estava sofrendo por um amor impossível que nutria por Coutinho, virou motivo de observação de Josefa e do próprio Coutinho, ele alertado por sua irmã que talvez Mariana estivesse apaixonada, quis tirar essa história a limpo, com a ideia de que se ela estivesse apaixonada por alguém do seu mesmo nível, pediria que a senhora da casa a deixasse consumir e viver tal amor, daria a ela a alforria. Ele, curioso, tenta arrancar alguma coisa dela, mas como ela nutria sentimentos por ele, não queria falar desse amor impossível.

Coutinho a todo tempo fica reafirmando os privilégios que ela tem, mas ao mesmo tempo ele também mostra o abismo social que existe entre a escravizada e os seus senhores. Ele sempre faz questão de exagerar a condição especial de Mariana, mas no desenrolar da narração, ele não consegue nos convencer de que as ações de sua família eram louváveis, justamente pelo fato desse narrador ser desconfiável, sua mentalidade é objeto de crítica nesse conto. Os tais privilégios não davam a Mariana a sua liberdade e nem sequer a validação de seus sentimentos. No decorrer do conto, ele fala várias vezes que ela é como filha da casa, só que tem sempre uma ressalva,

porque a prática é muito distante dos fatos apresentados por Coutinho. As próprias ações narradas por ele trazem essa contradição:

Todos estes acontecimentos tinham chamado a minha atenção para a mulatinha. Parecia-me evidente que ela sentia alguma coisa por alguém, e ao mesmo tempo que o sentia, certa elevação e nobreza. Tais sentimentos contrastavam com a fatalidade da sua condição social. Que seria uma paixão daquela pobre escrava educada com mimos de senhora? Refleti longamente nisto tudo, e concebi um projeto romântico: obter a confissão franca de Mariana e, no caso em que se tratasse de um amor que a pudesse tornar feliz, pedir a minha mãe a liberdade da escrava. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 7).

É muito interessante essa reflexão que ele faz, porque naquele período escravocrata, seu pensamento é de que uma mulher preta e escravizada, não tinha o direito de amar, ou seja, não tinha capacidade subjetiva, a habilidade humana dos sentimentos profundos, delicados. E aqui entra a questão dos corpos pretos como propriedade dessa elite branca. Para Coutinho, é como se a convivência de Mariana com pessoas brancas e seus privilégios dentro daquela estrutura familiar a tivessem levado a crer que ela também tivesse o direito de amar alguém que não estivesse entre os seus serviçais e nutrir de gratidão às pessoas que lhe deram tais "afetos". Mas ao que tudo indica, ao sentir pena da criada, Coutinho tinha intenção de interceder por ela junto a sua mãe para que ela tivesse a felicidade de desfrutar de tal amor. E, claro, ele não se colocava nesse contexto, ou seja, no caso dela estar nutrindo sentimentos por alguém do mesmo nível dela. Ele e a irmã até tinham brincado sobre a situação, que poderia ser o cocheiro ou o copeiro a pessoa por quem ela estava apaixonada.

Mais à frente, Coutinho vai questionar Mariana sobre os seus sentimentos, querendo saber por quem ela sentia alguma coisa, mas ela não quis falar e ele a ameaça dizendo que se ela não disser a ele, ele vai chamar a senhora velha para que a questione. Mariana tem medo da senhora da casa, obviamente. Ao ameaçá-la, Coutinho contradisse sua própria fala sobre sua mãe ser uma pessoa boa, porque deixa em evidência o pavor que Mariana tem com relação a essa mulher. Essa senhora representa mais que tudo o poder maior dentro dessa estrutura de poder que este conto traz. Naquele período, se uma mulher soubesse que alguma "cria" era motivo de afeição de algum homem branco da casa, ela fazia de tudo para castigar essa preta.

Quem conseguiu arrancar meias verdades de Mariana foi a irmã de Coutinho, Josefa, que por sua vez conta a Coutinho sobre a audácia de Mariana em ter sentimentos por alguém tão superior à condição dela. Ele finalmente fica sabendo que ela nutre sentimentos por ele. Coutinho fica mexido com isso, mas tenta não deixar transparecer.

Confesso, entretanto que, apesar de não competir de modo nenhum os sentimentos de Mariana, entrei a olhar para ela com outros olhos. A rapariga tornara-se interessante para mim, e qualquer que seja a condição de uma mulher, há sempre dentro de nós um fundo de vaidade que se lisonjeia com a afeição que ela nos vote. Além disso, surgiu em meu espírito uma ideia que a razão pode condenar, mas que nossos costumes aceitam perfeitamente. Mariana encarregara-se de provar que estava acima das veleidades. Um dia de manhã fui acordado pelo alvoroço que havia em casa. Vesti-me à pressa e fui saber o que era. Mariana tinha desaparecido de casa. Achei minha mãe desconsoladíssima: estava triste e indignada ao mesmo tempo. Doía-lhe a ingratidão da escrava. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 8)

Este trecho é bem esclarecedor quanto ao pensamento patriarcal e elitista, sobretudo para que se possa compreender essas relações de poder classista, sexista e racista nos dias atuais. Olha bem como Coutinho se sentia com o ego massageado ao saber que ele era o motivo desse amor impossível, embora nunca tivesse a pretensão de corresponder tais sentimentos. Aqui não cabe dizer que ele foi honrado ao não se aproveitar de Mariana, o que realmente importa é compreender a estrutura escravocrata daquele período, e essa herança deixada a nós. Ao sentir-se envaidecido pelos sentimentos que Mariana lhe dedicava, fica claro que Coutinho ficou tentado a se aproveitar dessa situação, tanto que ele começou a ver Mariana com outros olhos. “Além disto, surgiu em meu espírito uma ideia que a razão pode condenar, mas que nossos costumes aceitam perfeitamente.” (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 8) A que costumes ele se refere? Decerto o fato de que, como temos em nosso ditado popular, “mulher branca para casar e preta para fornicar”, não haveria problema se ele tirasse proveito da situação, já que, como ele mesmo disse, faz parte dos nossos costumes. Costumes estes, que davam direitos aos homens proprietários de corpos negros de estuprarem e forçarem essas relações.

Ao aproximar o dia do casamento de Coutinho, Mariana foge, e ele diz que sua mãe fica desolada ao se deparar com a ingratidão de Mariana. Olha só a contradição, Mariana era uma jovem mulher estudada e tratada como alguém

da “família”, porém não tinha o direito de ir e vir. Ela era obrigada a conviver com seu amor impossível e vê-lo se casar com outra mulher, sem sentir absolutamente nada. Afinal de contas, ela era só uma propriedade naquela casa. E ao fugir, ela consegue romper com essa estrutura de poder estabelecida entre senhores e escravizados. E isso vai ficando em evidência conforme vai se desenrolando a história. Em nenhum momento Coutinho pensa em pedir a liberdade de Mariana para sua mãe para que ela possa ir embora e viver sua vida longe desse sofrimento. Ele podia fazer isso, já que anteriormente ele falou em pedir que sua mãe a deixasse ser feliz com o homem que ela nutria sentimentos, mas fica claro que ele faria isso se tal pessoa fosse da mesma classe de Mariana, para que se mantivesse a ordem moral naquela situação. Ele não estava preocupado com a felicidade de Mariana ou seu bem estar, ela era apenas uma propriedade, mesmo que ele teime em dizer que ela era como uma filha da casa. As contradições são bem visíveis.

Com essa fuga de Mariana, ele diz sentir remorso por ser a causa do sofrimento dela, e pede a ajuda da polícia para que encontrem Mariana. Não a encontram, só pelas oito da noite que Coutinho a encontra na casa de sua noiva.

— Que fazes aqui? perguntei eu.

— Perdão, nhonhô; vinha vê-lo.

— Ver-me? mas por que saíste de casa, onde eras tão bem tratada, e donde não tinhas o direito de sair, porque és cativa?

— Nhonhô, eu saí porque sofria muito...

— Sofrias muito! Tratavam-te mal? Bem sei o que é; são os resultados da educação que minha mãe te deu. Já te supões senhora e livre. Pois enganas-te; hás de voltar já, e já, para casa. Sofrerás as consequências da tua ingratidão. Vamos... (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 9).

Olha só a crueldade nesse diálogo, quando Coutinho diz que ela não tinha o direito de sair porque era bem tratada, mas o direito de ir e vir, lhe é negado, porque ela é uma propriedade dos senhores da casa. Ele supõe que ela tenha praticado tal delito porque a educação que lhe foi dada deve ter feito Mariana pensar que era livre. Olha que curioso, ele faz o paralelo do acesso à educação com desejo de liberdade por parte da escrava, isso nos dá a ideia de que essa cultura de negar educação, ou ter uma educação de péssima

qualidade para a classe trabalhadora e a comunidade negra, tem a ver com uma pessoa instruída ter mais propensão a questionar a sua própria realidade.

No pensamento da elite branca na qual Coutinho vivia, Mariana tinha a obrigação de ser grata por sua educação e os privilégios que ela tinha, sendo gentil e servindo a eles enquanto vivesse, ela não tinha o direito de estar infeliz. Na prática, Mariana não tinha direito algum, principalmente de ser amada. “— Se alguém me seduziu? perguntou ela; não, ninguém; fugi porque eu o amo, e não posso ser amada, eu sou uma infeliz escrava. Aqui está porque eu fugi. Podemos ir; já disse tudo. Estou pronta a carregar com as consequências disto.” (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 10). Neste trecho, fica bem claro que ela não se sentia como parte daquela família, e nem privilegiada, Mariana tinha plena consciência da sua condição, não tem como uma pessoa ser feliz vivendo como escravizada. Não há privilégios nessa situação. Mesmo que ela não fizesse trabalhos pesados e tivesse acesso à educação, ainda assim, ela se encontrava na condição de escravizada.

No dia seguinte tinha os olhos inchados e estava triste. A situação da pobre rapariga interessara-me bastante, o que era natural, sendo eu a causa indireta daquela dor profunda. Falei muito nesse episódio em casa de minha prima. O tio João Luís disse-me em particular que eu fora um asno e um ingrato.

— Por quê? perguntei-lhe.

— Porque devias ter posto Mariana debaixo da minha proteção, a fim de livrá-la do mau tratamento que vai ter.

— Ah! não, minha mãe já lhe perdoou.

— Nunca lhe perdoará como eu. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 10)

Interessante Coutinho achar que ele era causa indireta do sofrimento de Mariana, isso nos mostra que ele tinha consciência de que ela sofria devido à sua condição como escravizada e como negra, mas isso tampouco mudaria como as coisas eram. Embora Coutinho dissesse que os sentimentos de Mariana eram descabidos, fica perceptível que ao ficar falando dela o tempo inteiro na casa de seu tio, ele tinha em seu íntimo algum sentimento por ela, mas obviamente ele nunca admitiria isso. E também aqui nessa narração fica claro que a senhora da casa, a mãe de Coutinho, era uma mulher muito má

com seus escravizados. Mesmo que ele esteja a todo o tempo reafirmando a bondade dela.

O tio de Coutinho já tinha falado a respeito da beleza de Mariana, e pelo que ele fala acima, fica evidente que se Mariana fosse “cria” dele, ele agiria de outra forma com ela, a cultura do estupro vem à tona a partir dessas falas, da sexualização e da banalização dos corpos femininos, e sobretudo dos corpos negros principalmente nessa época. E que outro interesse ele teria em Mariana? Ainda mais sendo um homem branco e rico? Com certeza não seria para lhe dar liberdade ou tratá-la melhor. Ele apenas a via como um pedaço de carne fresca, convenhamos, ainda mais naquela época. O próprio Coutinho disse que tais costumes eram comuns.

Falei tanto em Mariana que minha prima entrou a sentir um disparatado ciúme. Protestei-lhe que era loucura e abatimento ter zelos de uma cria de casa, e que o meu interesse era simples sentimento de piedade. Parece que as minhas palavras não lhe fizeram grande impressão.

Extremamente leviana, Amélia não soube conservar a necessária dignidade, quando foi a minha casa. Conversou muito na necessidade de tratar severamente as escravas, e achou que era dar mau exemplo mandar-lhes ensinar alguma coisa.

Minha mãe admirou-se muito desta linguagem na boca de Amélia e redarguiu com aspereza o que lhe dava direito a sua vontade. Amélia insistiu; minhas irmãs combateram as suas opiniões: Amélia ficou amuada. Não havia pior posição para uma senhora. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 10)

Naquela época uma senhora da posição de Amélia se sentir ameaçada por alguém na posição de Mariana não era nada bom, porque essas senhoras brancas tendiam a infringir todos os tipos de maus tratamentos a essas escravizadas. Como fica claro neste conto, Amélia até tenta convencer os senhores de Mariana a colocá-la em seu devido lugar. E deixa bem claro sua posição quanto a não educar essas mulheres negras. E aqui se revela nitidamente o privilégio da mulher branca sobre a mulher negra. Como que em um país alicerçado na escravização de pessoas negras, do domínio dos brancos sobre os não brancos, não teria problemas raciais e não haveria racismo? Olha só como essas pessoas da elite branca pensavam. Em contrapartida temos a família do Coutinho que pensava diferente com relação a Mariana, mas não

nos enganemos, com toda certeza eles não eram os salvadores da pátria, porque se eles fossem pessoas boas, dariam liberdade a seus escravizados e não manifestariam o desejo de serem servidos e obedecidos. A elite branca não desistiria de seus privilégios.

Fica bem nítido que embora Amélia assim como Mariana fossem mulheres e frutos de uma sociedade patriarcal opressora, principalmente nesse cenário, a questão da classe social e racial se sobrepõem, por isso é imprescindível entender as estruturas que formam a nossa sociedade. Machado já conseguia nessa época através de seus personagens trazer essas contradições sociais e nos mostrar as práticas daquela época, e isso é o papel da literatura realista.

Por fim, Amélia se sente profundamente humilhada ao deparar com a realidade de que seus apelos não foram atendidos. Ela não se conforma que Coutinho apenas sentia pena de Mariana, todas essas falas de Amélia sobre castigar e não dar “privilégios” a essas “crias” tem a ver com os ciúmes dela. Ela sentia que de alguma maneira Coutinho tinha algum sentimento por Mariana, não tem como negar esse fato, justamente porque no decorrer do conto em nenhum momento Amélia se alterou com essa situação, nem quando Mariana fugiu para a casa dela, não era do feitio dela ser explosiva e emotiva. Isso evidencia a dimensão do que Mariana significava para Coutinho, mesmo que ele escondesse e não aceitasse tais sentimentos.

“Quatro dias antes do dia marcado para o meu casamento, era a festa do natal. Minha mãe costumava dar festas às escravas. Era um costume que lhe deixara minha avó. As festas consistiam em dinheiro ou algum objeto de pouco valor. Mariana recebia ambas as coisas por uma especial graça.” (MACHADO DE ASSIS, 1871, p.11). Coutinho está a todo tempo tentando mostrar o quanto sua família é benevolente com os menos favorecidos. Aqui está uma boa ideia de onde saíram os projetos de caridade. Mudar as relações de poder e colocar os privilégios em pé de igualdade, a elite branca e dominante nunca quis, mas está o tempo inteiro dizendo que ajuda aqueles que precisam deles. E quanto mais Coutinho tenta nos mostrar o quanto eles são bons, menos se acredita nessa bondade, porque ela é irreal. Quando Coutinho diz que Mariana mesmo tendo os privilégios não se sentava a mesa, não ia a sala quando eles tinham visitas, sua educação não foi completa como

a das irmãs dele, o medo que ela tinha da senhora velha, as vezes que ele disse sobre ela não ser livre e que ela devia pagar com muito reconhecimento os privilégios dela, permitidos pela senhora velha, tudo isso mostra as práticas dessa família, diferente do que ele afirma a todo momento sobre a bondade deles. Não tem como olhar essa história de fora e ser conivente com Coutinho, embora ele tente a todo momento provar o quanto eles são bons.

Acontece que é nessa festa que eles se dão conta do sumiço de Mariana, mais uma vez ela foge, a senhora se sente enfurecida, para eles era inconcebível que uma preta “tratada como filha” fosse tão ingrata a ponto de fugir pela segunda vez. Como da primeira vez, Coutinho avisa a polícia, sua noiva fica brava por ele se importar com a "cria" ao ponto de ir atrás dela. A busca continuou no outro dia, já era tardezinha quando ele para em lugar para comer e se depara com a fala de um criado do lugar sobre uma hóspede que não comeu nada desde o dia anterior. Nesse momento Coutinho se dá conta que pode ser Mariana, e de fato era. Ele vai até o quarto para buscá-la, ela ao vê-lo o abraça, e Coutinho por sua vez a reprime e diz que vai castigá-la por ela ter fugido.

A palavra *fugiste* escapou-me dos lábios; todavia, não lhe dei importância senão quando vi a impressão que ela produziu em Mariana. Confesso que devera ter alguma caridade mais; mas eu queria conciliar os meus sentimentos com os meus deveres, e não fazer com que a mulher não se esquecesse de que era escrava. Mariana parecia disposta a sofrer tudo dos outros, contanto que obtivesse a minha compaixão. Compaixão tinha-lhe eu; mas não lho manifestava, e era esse todo o mal.

Quando a fugitiva recobrou a fala, depois das emoções diversas por que passara desde que me viu chegar, declarou positivamente que era sua intenção não sair dali. Insisti com ela dizendo-lhe que poderia ganhar tudo procedendo bem, ao passo que tudo perderia continuando naquela situação. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p.13).

O dever de Coutinho como senhor de Mariana sempre foi fazê-la lembrar e nunca esquecer o lugar ao qual ela pertencia, ele poderia até sentir uma certa pena dela, mas isso nunca seria maior que seu dever como homem e dono dela. Quando ele tenta convencer Mariana a voltar para a casa dizendo os prós e contras, na verdade ela não tinha mais nada a perder, ela não tinha direito sobre ela mesma, não tinha um futuro, de que valiam seus estudos, seu pequeno privilégio, se ela não podia usufruir deles. Como é uma pessoa viver nessa dualidade? Ter privilégios com relação às demais escravizadas não dava

a ela sua liberdade. A Mariana foi negado até o direito de viver um amor, já que ela se apaixonou por uma pessoa que pertencia a outra classe social.

Quando a fugitiva recobrou a fala, depois das emoções diversas por que passara desde que me viu chegar, declarou positivamente que era sua intenção não sair dali. Insisti com ela dizendo-lhe que poderia ganhar tudo procedendo bem, ao passo que tudo perderia continuando naquela situação.

— Pouco importa, disse ela; estou disposta a tudo.

— A matar-te, talvez? perguntei eu.

— Talvez, disse ela sorrindo melancolicamente; confesso-lhe até que a minha intenção era morrer na hora do seu casamento, a fim de que fossemos ambos felizes, — nhonhô casando-se, eu morrendo.

— Mas desgraçada, tu não vês que...

— Eu bem sei o que vejo, disse ela; descanse; era essa a minha intenção, mas pode ser que o não faça... (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 13).

Mesmo sabendo que estava condicionada à servidão, parece que Mariana tinha uma leve esperança de que seu senhor a visse de uma forma diferente, só que isso não acontece, na casa ela era simplesmente a “cria” dele, ao fugir, ela era apenas a cria fugitiva. O direito individual a ela negado, ou seja, essa castração social a leva a se matar, e Coutinho ao desconfiar dessa propensão dela, só pensa que ela o ama demais e que é capaz de se matar por ele, porém era mais que isso, Mariana não tinha nada, eles não a deixavam nem ir embora daquela casa. O seu dever era continuar servindo, apesar de todo seu sofrimento na condição de escravizada. O suicídio de Mariana significava, na prática, sua liberdade, sua resistência e a recusa da sua desumanização. E Coutinho apenas se envaidece desse amor tão verdadeiro que seria capaz de morrer por ele. Ao suicidar-se Mariana teve o seu maior ato de humanidade nesse conto, foi o seu escopo.

Sofri muito com este acontecimento; mas alcancei que minha mãe perdoasse à infeliz, confessando-lhe a causa da morte dela. Amélia nada soube, mas nem por isso deixou o fato de influir em seu espírito. O interesse com que eu procurei a rapariga, e a dor que a sua morte me causou, transtornaram a tal ponto os sentimentos da minha noiva, que ela rompeu o casamento dizendo ao pai que havia mudado de resolução. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 14).

Com o suicídio de Mariana, essa família ainda acha que eles é que deveriam perdoá-la, tudo bem que entra o fator religioso, e o suicídio é como uma afronta a vontade de Deus. Só que para as pessoas religiosas os negros não tinham alma. Mas o que de fato está em questão aqui, é como essa jovem mulher foi tão brutalmente violentada por aquele sistema opressor e desumanizador, que ela não vê mais sentido em continuar com a sua vida. E perdoar esse acontecimento para aqueles senhores, principalmente a senhora da casa, significava abrir mão do controle e do poder, porque Mariana era propriedade deles, e quando ela decide por conta própria tirar a sua vida, é uma afronta aquele sistema patriarcal e escravocrata. A noiva de Coutinho, por sua vez, ao se deparar com a atenção dele em relação a "cria", desfaz o compromisso, já que para ela era uma humilhação. Ela não conseguia entender toda essa atenção que Coutinho dispensava a Mariana, ou talvez ela já soubesse que, mesmo não admitindo, Coutinho tinha algum sentimento por Mariana, e isso era demais para uma mulher da posição dela aceitar. E o fato de o casamento não ter acontecido mostra que Mariana foi o motivo, embora não fique explícito.

Tal foi, meus amigos, este incidente da minha vida. Creio que posso dizer ainda hoje que todas as mulheres de quem tenho sido amado, nenhuma me amou mais do que aquela. Sem alimentar-se de nenhuma esperança, entregou-se alegremente ao fogo do martírio; amor obscuro, silencioso, desesperado, inspirando o riso ou a indignação, mas no fundo, amor imenso e profundo, sincero e inalterável. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 14).

Muitos anos depois, Coutinho ainda se envaidece daquele sentimento que Mariana teve por ele ao ponto de tirar a própria vida. Com toda certeza ele nunca mais teria uma demonstração dessa, e isso não tem nem a ver com o amor em si, mas com o modo como Mariana teve sua vida condicionada a servir naquela época, e tampouco lhe foi oportunizado a sua individualidade e desejos, não para com Coutinho, mas para o que isso significaria diante daquele contexto tão cruel. E isso representava um risco real de insubordinação, afinal os escravizados não podiam ter desejos inerentes à humanidade, imagina uma mulher negra então.

Coutinho narra essa história, como uma trágica história de amor impossível, em nenhum momento ele cogita a ideia de que Mariana era tão à

frente de seu tempo, e queria ser livre, mas ele como um homem branco e que fazia parte daquela elite da época, achava que a história toda era por causa dele, de certo modo sim, mas Mariana sabia qual era seu lugar nessa sociedade, e à sua maneira ela conseguiu subverter esses valores, embora à primeira vista pareça realmente com uma trágica história de amor.

Coutinho concluiu assim a sua narração, que foi ouvida com tristeza por todos nós. Mas daí a pouco saíamos pela Rua do Ouvidor fora examinando os pés das damas que desciam dos carros, e fazendo a esse respeito mil reflexões mais ou menos engraçadas e oportunas. Duas horas de conversa tinha-nos restituído a mocidade. (MACHADO DE ASSIS, 1871, p. 14).

Esse desfecho representa bem o desprezo que a classe dominante brasileira tem pelos negros, a tristeza deles só durou enquanto a história estava sendo contada. Eles simplesmente saem olhando os pés das moças e rindo. Aquela tragédia, fruto de uma sociedade escravocrata, não representa nada para eles, porque era apenas uma “cria” apaixonada por um rico branco, era um vislumbre de uma vida que ela jamais alcançaria.

Os contos machadianos têm esses recursos, que consistem basicamente num narrador em primeira pessoa que expõe os seus argumentos e suas reflexões, e ao mesmo tempo a exposição das ações, o que possibilita ao leitor enxergar com mais profundidade a crueldade desse narrador, e as consequências da sua posição de classe para o viés que é dado à narrativa. Ele se expor é importante, porque isso faz com que tenhamos acesso ao seu pensamento enquanto homem branco, rico e patriarca. A representação da consciência classe dominante escravocrata, questionada pelas suas próprias ações e oposta à dignidade de certos personagens de outras classes. Os personagens foram criados a partir do real, é importante nos atentarmos a isso, já que no seu desfecho há uma perspectiva de mudanças, tanto para Coutinho que não se casou, quanto para Mariana que não aceitou aquela vida de subjugação e sem viver a sua humanidade. Nesse caso, a dignidade e a humanidade de Mariana contrastam com a perversidade e pequenez de alma de Coutinho e sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises literárias trazidas neste trabalho fica evidente o modo como a sociedade se comporta diante de questões tão relevantes e que fazem parte do nosso cotidiano. E que por vezes essas pessoas não são só vítimas de uma história que já passou, mas o que representa os seus impactos ainda hoje na vida de tantas mulheres negras, que deveriam ter orgulho de ser quem são, e principalmente por terem resistido a um período tão nefasto da história das Américas.

Sabemos que o capitalismo desumaniza as pessoas, porque ele cria uma lógica de pensamento que vai contra qualquer sentimento humano que há em nós, então a cada dia vamos nos acostumando e naturalizando a brutalidade, e todas as formas de opressão. Fica a certeza de que temos um longo caminho a percorrer, porque estamos no embate com um sistema ininterrupto, com as crenças religiosas que pregam a intolerância e o machismo.

São muitos séculos de perseguição às mulheres e foram muitos séculos de escravização do povo negro, tudo isso para gerar capital, mas essas pessoas que foram responsáveis por esse avanço e ascensão econômica, ou seja, a população negra que foi submetida a todo tipo de perversidade, e principalmente as mulheres negras que foram desumanizadas durante todo o processo de avanço econômico, foram jogadas para fora desse mundo ideal em que se diz haver sucesso caso a pessoa se esforce. Como podem essas mulheres negras alcançarem sua liberdade e sua autonomia se lhes tiram essa chance todos os dias? Isso só será possível caso a comunidade negra tenha consciência e memória e o combate ao racismo entre para um debate que alcance todos os outros movimentos, porque enquanto houver algum tipo de opressão não haverá liberdade, para isso é preciso ultrapassar esse modelo econômico, porque ele é um gerador de desigualdade.

Inicialmente, este trabalho começou com a proposta de entender como se dão as relações de poder dentro da nossa sociedade e como ainda está vigente a disparidade de gênero e o racismo. São muitos os mecanismos que fazem com que tais práticas ainda sejam reais; temos o início lá no pré-capitalismo, onde o patriarcado era voz de Deus, com a ida das proletárias para as fábricas cria-se mão de obra barata e se mantém a divisão sexual do trabalho. Depois, temos as colônias

nas Américas que foram alvos de exploração dos europeus sob os povos nativos, e de quebra forçaram a vinda de milhares de negros que foram escravizados até a morte, tudo em prol do acúmulo de capital. Depois de séculos de escravização os burgueses são forçados a abolirem a escravidão, mas os negros continuaram sem ter onde morar ou como sobreviver já que seus direitos a educação, moradia, saúde e ao mercado de trabalho não foram assegurados.

Então, eles se firmam como marginalizados, são mão de obra barata por causa da necessidade básica de sobrevivência, são forçados a terem seu sangue miscigenado e a negarem sua própria origem. Continuam sendo alvo de extermínio do Estado. Percebemos que na verdade tudo isso que ainda acontece é um projeto muito bem feito e colocado em prática. Desde que os negros saíram de seus países de origem, eles *resistem!* É só o que restou para a população negra, são pessoas que falam, mas nunca são ouvidas, pelo contrário a prática do silenciamento segue vigente, principalmente as mulheres.

As mulheres negras foram as que mais sofreram e sofrem em meio a toda essa barbárie, foram forçadas ao trabalho pesado, a reproduzirem, foram separadas de seus filhos, não podiam ter uma família, eram espancadas tanto pelos homens brancos quanto pelas mulheres brancas, não eram amadas, não eram dignas de nenhum sentimento humano naquele contexto em que estavam inseridas.

Na análise literária do conto do Machado, ficam ainda mais nítidas todas as relações de poder que permeiam a nossa sociedade, embora o conto seja de um período em que a abolição ainda não era uma realidade, aquela narração causa indignação, porque vê-se nela muito das atitudes atuais. Isso mostra que a literatura é uma arma poderosa para trazer à tona a nossa história, e sobretudo apontar a hipocrisia presente no pensamento da elite escravocrata do nosso país.

Devemos conhecer a nossa história, as lutas dos negros e negras do passado, este trabalho é importante para mim e será para aquelas mulheres que assim como eu, querem investigar mais e se apropriar do conhecimento e estar preparadas para as lutas que ainda estão por vir. O combate ao racismo deve estar alinhado à desigualdade de gênero e de classe, é preciso que essas lutas estejam na esfera política, porque é imprescindível que se reconheça que essas desigualdades existem e que precisam ser erradicadas. É um processo complexo

porque é fundamental que a igualdade de direito se torne uma realidade na prática, e isso só será possível com uma frente unida para que possamos acessar esses direitos e tenhamos uma vida melhor.

REFERÊNCIAS:

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 2.

CARNEIRO, Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544, 1995.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli; BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Ed, v. 34, p. 169-193, 2002.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

COTRIM, Vera. Passos da luta pela emancipação feminina. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 28, n. 55, p. 215-237, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DO NASCIMENTO SILVA, Anna Beatriz. O Impacto do Colorismo no Feminismo Negro do Brasil. **Humanidades em Perspectivas**, v. 4, n. 2, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. **SILVA, Luiz Antônio. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, DF: Anpocs**, p. 223-244, 1983.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: Lugar de Fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

ALEXANDRA, Kollontai. **O Comunismo e a Família**. Marxists, 1ª edição, Marxists Internet Archive, 2002. [Alexandra Kollontai: O Comunismo e a Família \(marxists.org\)](https://www.marxists.org/orgs/kollontai/works/communism-and-family.htm). Acesso em: 10 de out. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.